

O PCP E A NOVA SITUAÇÃO CRIADA PELA DERROTA DA «AD» EM 7 DE DEZEMBRO

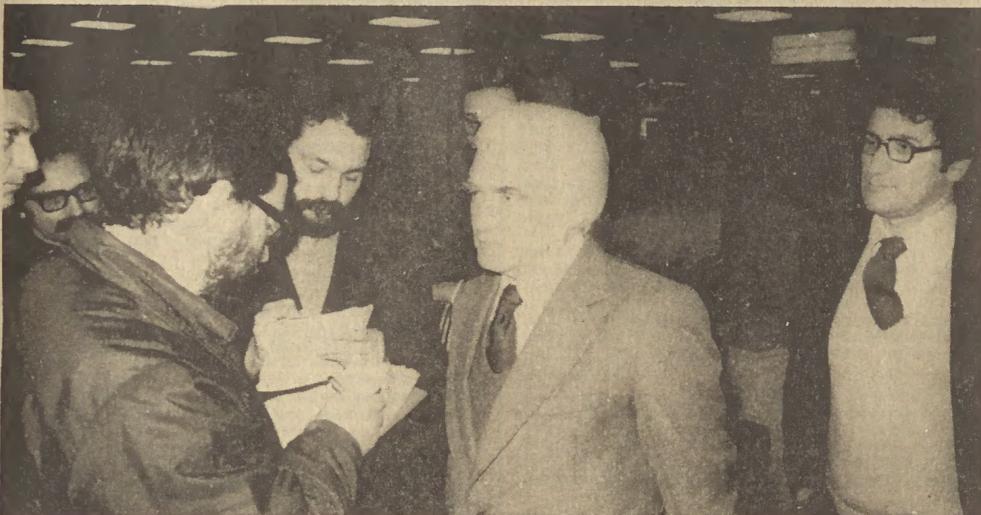
Documento aprovado na reunião plenária do Comité Central do PCP em 17 de Janeiro

Págs. 3, 4 e 5

*Os portugueses
continuam a pagar a factura
ao eleitoralismo da «AD»*

A realidade de um mês de aumentos: mais 20%!

Pág. 12



Álvaro Cunhal e José Casanova no aeroporto à partida para Belgrado

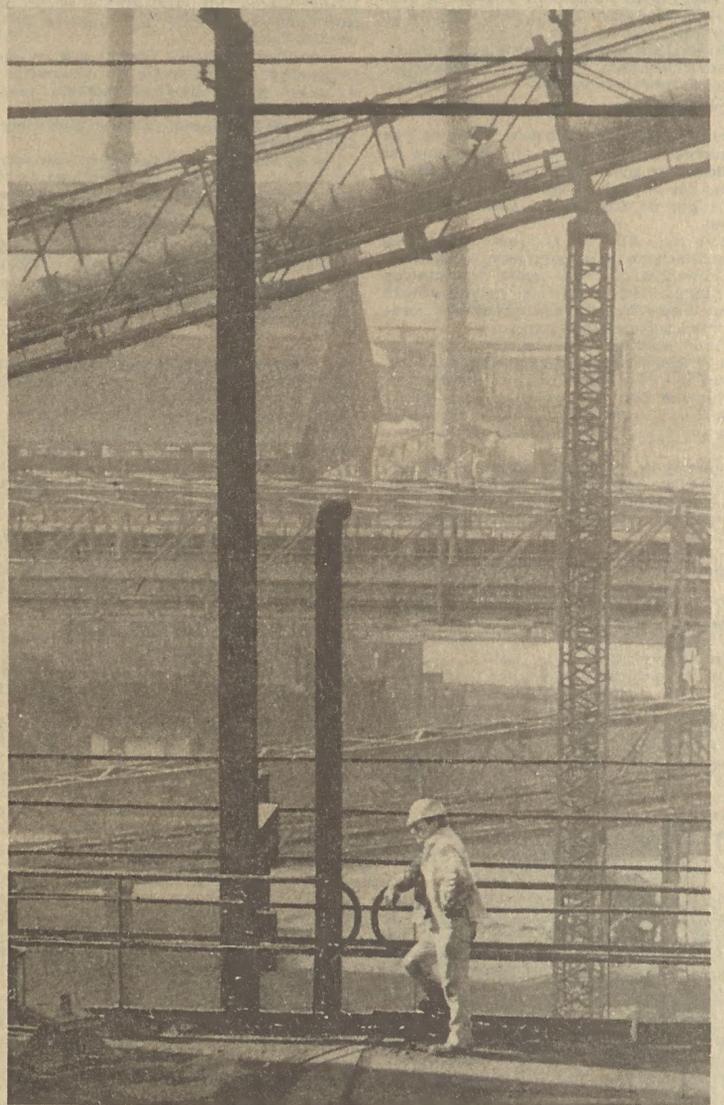
Álvaro Cunhal na Jugoslávia

Pág. 2

O PROGRAMA DO DESGOVERNO

O Governo Balsemão enfrenta duas moções de rejeição

Pág. 6



A Siderurgia paralisou

Pág. 7

Editorial

INTENSIFICAR A LUTA
REFORÇAR A UNIDADE

A Reunião Plenária do Comité Central do PCP coincidiu praticamente com a apresentação à Assembleia da República do Programa do Governo Balsemão.

Trata-se de dois acontecimentos de íntima relação política e histórica.

Na Reunião do CC foi objecto de análise a nova situação criada pela derrota da «AD» em 7 de Dezembro e as tarefas correlativas que ela coloca aos comunistas portugueses assim como a todo o movimento operário, popular e democrático nos tempos que vão seguir-se.

A leitura e o estudo do Documento que noutro lugar publicamos na íntegra serão importantes fatores de esclarecimento não só da nova situação criada como das perspectivas favoráveis que ela abre ao desenvolvimento da luta do Povo português.

Na apresentação do Programa do Governo foram expostas as linhas gerais da política que a nova equipa governante chefiada por Balsemão se propõe levar à prática para um período de quatro anos assim como pressupostos com que, na óptica da «AD», se pretende justificá-la.

As linhas gerais do Programa e as intervenções do Primeiro-Ministro e doutros titulares do seu Ministério, juntamente com as dos deputados da «AD» nos debates parlamentares, confirmam plenamente a justiça da análise e das conclusões do CC do PCP e da apresentação pelo grupo parlamentar comunista de uma moção de rejeição do Programa do Governo.

O Programa do Governo Balsemão, assim como das intervenções do Primeiro-Ministro e de outros membros do novo Ministério, no Parlamento, e em declarações públicas aos órgãos de informação, ressalta uma convicção geral: o Governo Balsemão/Basilio Horta e o seu Programa afirmam-se representar a continuação do governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral e do seu Programa nas novas condições.

Por outras palavras: o plano subversivo da reacção, estrondosamente derrotado nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro de 1980, continua como objectivo central das forças reacçãoárias.

A continuação do plano subversivo da reacção foi terminantemente rejeitada pelo Povo português ao derrotar o candidato reacçãoário Soares Carneiro. Foi a «AD» e os seus planos que se fizeram plebiscitar através da derrotada eleição do seu candidato e a derrota sofrida, pelo seu significado e retumbância, retira toda a legitimidade ao Governo Balsemão ou a outro qualquer governo «AD» para prosseguir a mesma política.

A curiosa substituição do ambicioso «slogan» anterior para a hegemonia absoluta do poder político pela reacção personificada na «AD» «um governo, uma maioria, um presidente» por este outro: «um governo, uma maioria, uma estrutura política coesa», afirmado no Programa do Governo Balsemão, procura iludir duas realidades flagrantes da situação actual — a «maioria» «AD» é agora ainda mais minoria do que foi em termos de votação nas eleições de 5 de Outubro; a «estrutura política coesa» da Aliança reacçãoária é um barril a rebentar por todas as aduelas.

Os projectos do Governo para quatro anos e o aval dado por Mário Soares e pelo PS para que a «AD» governe por quatro anos não têm, pois, legitimidade nem consistência, é uma aposta perdida.

Se o Governo Balsemão «enveredar pelo caminho da inconstitucionalidade, ilegalidade e subversão, deve ser imediatamente exonerado» — como se diz no Documento do CC.

NAS novas condições criadas pela derrota de 7 de Dezembro a «AD» insiste, no Programa do Governo Balsemão agora submetido à Assembleia da República, em objectivos que só diferem dos enunciados por Sá Carneiro na forma de serem alcançados.

O Governo «AD» de Balsemão e a sua desautorizada maioria parlamentar falam, e actuam já no plano executivo, como se contra o famigerado «projecto AD» não se tivesse pronunciado de maneira inequívoca e concluinte uma esmagadora maioria de forças sociais e políticas portuguesas.

O plano subversivo das forças reacçãoárias visava centralmente objectivos sociais e políticos concretos: reconstituir o poder económico e político dos monopolistas e dos latifundiários em estreita associação com o imperialismo, criar as condições prévias para o rápido restabelecimento de uma nova ditadura.

O Programa do Governo Balsemão põe tais objectivos em letra de forma, mas no plano executivo a nova equipa governante avança já nesse caminho em contraposição com a vontade da imensa maioria do Povo português.

É o cúmulo do cinismo ouvir da tribuna da AR o novo ministro da Economia e Finanças, Morais Leitão, do CDS, em resposta às críticas da oposição ao Programa, «aconselhar» os cidadãos a estarem «confluentes com a flutuação dos preços» e a não «se voltar à psicologia da inflação» — isto quando os seus primeiros actos no Governo foram decretar os brutais aumentos de preços de produtos e serviços essenciais, os quais não poderão deixar de desencadear a curto prazo novos surtos inflacionistas.

As chamadas «flutuações de preços», na eufemística linguagem do ministro, não são na prática senão uma verdadeira escalada do custo de vida da população portuguesa e dos trabalhadores em primeiro lugar, do agravamento da crise económica provocada pela política da «AD», da «inflação disfarçada», como lhe chamam os peritos da CEE, da acumulação capitalista obtida à custa da exploração agravada das classes trabalhadoras.

LIAS, toda a fraseologia do Governo, da sua maioria parlamentar, dos órgãos de comunicação social — estatizados ou não — sob o seu controlo, dos locais do patronato que manejam os cordéis da UGT, tende a velar o agravamento real e geral das condições de vida do Povo português sob a política dos governos da «AD».

Como se diz no Documento do Comité Central do PCP: «Diminuem os salários reais. Generalizam-se os contratos a prazo, cresce o desemprego, multiplicam-se os despedimentos colectivos e os despedimentos

selectivos. Agrava-se a situação das mulheres e da juventude».

A classe operária, todos os trabalhadores, os seus organismos representativos — os sindicatos, as Comissões de Trabalhadores — devem manter-se extremamente vigilantes contra os intentos do Governo Balsemão de fazer pesar sobre as suas costas o fardo da crise.

As Intenções de impor o novo tecto salarial de 16%, afirmadas por Balsemão e inscritas no Programa do seu Governo, sob o falacioso pressuposto da redução àquela percentagem da taxa de inflação, estão directamente em consonância com os mirabolantes projectos de pôr em vigor o chamado «pacto social» preconizado pelos divisionistas da UGT, maioritariamente dirigida pela tendência «social democrata» do PSD, mas a que deram a sua achega especial Gonelha e os seus amigos no selo do PS.

O chamado «pacto social» preconizado pelos chefes da «AD» e os divisionistas da UGT outra coisa não é senão a submissão dos interesses vitais dos trabalhadores aos interesses exploradores do patronato português e estrangeiro.

As «experiências» do «pacto social» em países capitalistas desenvolvidos, como em Inglaterra, por exemplo, mostraram que a chamada «concertação» entre «parceiros sociais» conduziu à brusca degradação do poder de compra dos trabalhadores, ao desemprego em massa, ao agravamento geral das condições de vida da população laboriosa e, no outro pólo, à subida em flecha dos superlucros dos grandes detentores do capital.

A particularidade é que sob o Governo da «AD» e na execução do seu plano subversivo nas novas condições, toda a política social e económica preconizada no Programa do Governo Balsemão assenta na destruição das nacionalizações, da Reforma Agrária, do esmagamento dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores.

O Documento do CC denuncia «as perseguições a dirigentes e delegados sindicais e a utilização de milícias privadas (gorilas) pelo patronato reacçãoário».

O Programa do Governo Balsemão mantém e explicita ainda mais a ofensiva contra as empresas nacionalizadas, a ofensiva contra a Reforma Agrária, a ruinosa adesão à CEE, que constitui, como no governo anterior, «a primeira prioridade na actuação do Governo, não só directamente no plano da prossecução das negociações como também no plano interno».

Não se pode ser mais claro nas ameaças contra as conquistas de Abril.

NO plano das instituições e do projecto subversivo da Aliança Reacçãoária assenta na revisão inconstitucional da Constituição, objectivo que permanece como essencial para a destruição do regime democrático nas intenções do Governo Balsemão.

O discurso do Primeiro-Ministro ao apresentar o Programa do Governo na Assembleia, está marcado de propósitos inconstitucionais desde já e nos seus objectivos de revisão da Constituição.

O Documento do CC avança alguns dos pressupostos que nortearam a acção do grupo parlamentar do PCP em matéria de revisão constitucional.

Considera o Comité Central que «a batalha da Constituição é uma frente do movimento popular e uma batalha central de cujo resultado dependerá em larga medida o futuro da democracia».

O CC do PCP chama a atenção para a importância desta questão.

«A batalha em defesa da Constituição não se deve limitar à AR, aos grupos parlamentares, às direcções dos partidos. Todos os democratas e patriotas, todo o Povo português, têm um papel importante a representar» nesta batalha.

Na defesa da Constituição, do respeito pelos limites materiais e formais da revisão constitucional na presente sessão legislativa depende muito a derrota do plano subversivo das forças reacçãoárias contra o regime democrático.

O Documento saído da reunião Plenária do Comité Central não é apenas nem fundamentalmente uma contestação pela negativa da política da Aliança reacçãoária detentora do Governo e da maioria parlamentar — é uma contribuição positiva e decisiva para a solução dos problemas nacionais mais agudos, das grandes questões que preocupam actualmente o Povo português e dizem respeito à construção do Portugal democrático nascido com a Revolução de Abril.

Essa contribuição positiva assenta fundamentalmente na luta intransigente do Povo português, no fortalecimento e dinamização constantes do movimento popular de massas, do movimento operário e democrático em todas as frentes.

Assenta também numa alternativa democrática capaz de pôr em movimento como um poderoso catalizador da situação actual o grande conjunto de forças sociais e políticas que convergiram para a estrondosa derrota sofrida pela reacção em 7 de Dezembro.

Neste sentido é imperioso retomar a iniciativa, aprofundar urgentemente a derrota dos inimigos da democracia, não lhes dar tréguas nos desesperados esforços para se recompor o seu desastre eleitoral.

A ofensiva não pode parar até à obtenção da vitória. A apatia actual das forças democráticas pode, a continuar, comprometer gravemente os sucessos alcançados com as eleições de Dezembro.

Como se alerta no Documento do Comité Central «as forças que saíram vencedoras das eleições, incluindo o próprio Presidente eleito, em vez de explorarem a fundo e consolidarem rapidamente as posições da democracia tomando as medidas adequadas, remeteram-se a uma posição defensiva».

O reforço do PCP preconizado pelo CC está em conexão com as exigências fundamentais da luta contra as forças reacçãoárias não somente para a resolução das importantes tarefas actuais como das que importam à consolidação e desenvolvimento do processo democrático no Portugal de Abril.

Álvaro Cunhal
visita a Jugoslávia

Esta visita à Jugoslávia socialista tem lugar no quadro das relações fraternais de amizade existentes entre o Partido Comunista Português e a Liga dos Comunistas da Jugoslávia — afirmou o secretário-geral do nosso Partido, Álvaro Cunhal, momentos antes de, no passado domingo, deixar o aeroporto de Lisboa, para uma visita oficial à República Federativa da Jugoslávia.

Na declaração que preferiu momentos antes do

embarque, o secretário-geral do PCP, que viaja acompanhado por José Casanova, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, referindo-se ainda às relações entre os comunistas portugueses e jugoslavos, acrescentou:

São relações que vêm de longe e o nosso Partido está interessado em que sejam ampliadas e reforçadas. Gostaria também de sublinhar que as relações entre os comunistas portugueses e os comunistas jugos-

lavos constituem uma contribuição para o desenvolvimento favorável das relações entre Portugal e a Jugoslávia.

Finalmente — concluiu o camarada Álvaro Cunhal — são também uma contribuição para a unidade que consideramos indispensável reforçar, na actual conjuntura mundial, entre os partidos comunistas e todas as forças da paz e do progresso social.

À partida da delegação do PCP, compareceram no

aeroporto a apresentar cumprimentos de despedida o embaixador no nosso País da República Socialista Federativa da Jugoslávia e outros funcionários superiores da embaixada, bem como os camaradas Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, e Albano Nunes, do Comité Central.

No termo desta visita à Jugoslávia socialista, a delegação do PCP deslocar-se-á igualmente à Grécia, a convite do Partido Comunista Grego.

Álvaro Cunhal em conferência de Imprensa
Governo «AD» de Pinto Balsemão
será mais breve do que muitos pensam

O Governo AD de Pinto Balsemão terá uma duração mais breve do que muitos pensam — sublinhou o camarada Álvaro Cunhal no decurso da conferência de Imprensa realizada no CT da Soares Pereira Gomes, em Lisboa, no passado sábado, num intervalo da reunião do Comité Central do Partido.

Na breve informação que então deu aos jornalistas presentes, o secretário-geral do PCP, que estava acompanhado pelos camaradas do CC Diniz Miranda, da Comissão Política, e Aurélio Santos, avançou algumas das conclusões a que o Comité Central já tinham chegado, destacando que a estrondosa derrota da «AD» em 7 de Dezembro alterou a situação política no nosso país, infligiu um duro golpe ao plano subversivo da direita e consolidou a democracia e a liberdade.

Depois de referir que o Governo Balsemão quer continuar a política do executivo Sá Carneiro e que o PCP apresentará no parlamento uma moção de rejeição ao programa do Governo, apreciando também forças idênticas oriundas de outras forças políticas, o camarada Álvaro Cunhal expôs

em grandes linhas as posições dos comunistas face a outros órgãos de soberania e a sectores da vida nacional.

Assim, quanto ao Presidente da República, declarou que continua a caber-lhe, ao nível das instituições, um papel fundamental para a consolidação da democracia. Por seu turno, o Conselho da Revolução deve manter-se em funções até à publicação da lei de revisão constitucional. Em relação aos tribunais, o PCP defende o reforço da sua isenção, ao mesmo tempo que destaca o seu papel em defesa da legalidade democrática.

Quanto aos militares, disse Álvaro Cunhal, há que defender a institucionalização da sua actividade no quadro político-social, combatendo a sua partidização.

O melhoramento da vida das populações foi relacionado com a acção das autarquias, tendo o secretário-geral do PCP denunciado na ocasião o projecto «AD» (da autoria de Freitas do Amaral) de eliminação do sufrágio directo e da representação proporcional na eleição das

Câmaras Municipais, o que alteraria profundamente o quadro democrático das autarquias.

Sobre o problema da revisão constitucional (assunto que merecerá a apresentação de várias propostas por parte dos deputados comunistas), o camarada Álvaro Cunhal sublinhou a obrigação do respeito pelos limites formais e materiais estabelecidos na lei fundamental do país. Somos contra uma revisão global — afirmou.

Perversão da Informação, desinformação, sistemática manipulação da opinião pública — foi assim que o secretário-geral do Partido definiu a escandalosa situação que se vive nos órgãos de Comunicação Social estatalizada, nomeadamente na RTP e RDP, tendo afirmado que é necessário exigir o estabelecimento de uma situação de pluralismo informativo.

Ao denunciar os aumentos dos preços de bens essenciais como parte integrante da política antipovo do Governo «AD» de Pinto Balsemão, Álvaro Cunhal evidenciou a importância das lutas de massas, do reforço do movimento sindical e dos movimentos unitários, da política

de unidade e cooperação democrática preconizada pelos comunistas, designadamente com os socialistas, e sublinhou a força potencial dos democratas independentes, como ficou bem patente em 7 de Dezembro.

Quando há dirigentes que num dia apertam a mão e noutro já não, tudo pode acontecer — lembrou Álvaro Cunhal ao referir-se à estabilidade do actual Governo, que, se prosseguir a política inconstitucional do anterior executivo, deve ser imediatamente demitido, rejeitando-se, assim, a tese tão apregoada pela «AD» da legitimidade do Governo (que não tem base de apoio popular) para governar durante quatro anos. O Primeiro-Ministro, sublinhou o secretário-geral do Partido, pode ser exonerado a qualquer momento, por acção da Assembleia da República ou por decisão do Presidente da República.

Aliás, como diria Álvaro Cunhal, uma maioria roída por tantas dificuldades e contradições pode mesmo ruir de um momento para o outro.

Solidariedade
com o povo
de El Salvador!

1. Tropas da Guatemala e das Honduras acabam de intervir militarmente em El Salvador numa tentativa para sufocar a ofensiva revolucionária do povo salvadoreño e salvar a Junta civil-militar que tem cometido os crimes mais monstruosos contra o povo deste país.

A gravidade dos acontecimentos de El Salvador suscitam um vasto movimento internacional de solidariedade para com o povo salvadoreño e de condenação pela agressão estrangeira de que é vítima.

Ao longo de 1980 foram assassinados mais de 10 000 salvadoreños das mais diversas classes e camadas sociais, filiação política e opção religiosa, incluindo o mais alto dignitário da Igreja salvadoreña, o cardeal Romero. Face ao genocídio perpetrado pela Junta fascista, ao serviço da oligarquia e do imperialismo, e culminando quase 50 anos de luta contra sangrentas ditaduras, o povo de El Salvador, organizado em torno da Frente Democrática Revolucionária, organização política de massas que agrupa todas as forças antifascistas, democráticas e revolucionárias e enquadrado militarmente na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, desencadeou uma poderosa ofensiva através da greve geral e da luta armada para pôr termo à feroz ditadura e conquistar finalmente a liberdade, a democracia e a independência nacional e construir o futuro na paz e no progresso social.

2. A luta do povo de El Salvador insere-se no ascenso da luta revolucionária e libertadora dos povos da América Central, de que é expressão o triunfo da Revolução sandinista na Nicarágua em Julho de 1979. O imperialismo norte-americano que participou abertamente no derrube de governos democráticos e no esmagamento de lutas populares (como aqando das invasões de Guatemala em 1954 e da República Dominicana em 1965), estimula e apoia pelos mais variados meios, as ditaduras reacçãoárias e fascistas aí existentes.

Face ao crescente isolamento interno da Junta de El Salvador, planeou e organizou a intervenção militar agora perpetrada pelos regimes ditatoriais da Guatemala e das Honduras, para tentar jugular a luta popular naquele país e impedir o avanço da luta libertadora dos povos da América Latina.

3. Face a tão graves acontecimentos o PCP não pode deixar de sublinhar a profunda hipocrisia de que se revestem as sistemáticas campanhas anticomunistas do imperialismo, designadamente as orquestradas em torno dos acontecimentos do Afeganistão e da Polónia, em contraste com o seu apoio e intervenção em defesa de ditaduras fascistas responsáveis por todo o género de crimes contra os mais elementares direitos humanos.

4. O PCP manifesta a sua firme solidariedade de combate ao povo de El Salvador, à Frente Democrática Revolucionária, aos valerosos combatentes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional.

O PCP denuncia e repudia a criminoso intervenção militar do imperialismo norte-americano praticada por intermédio da Guatemala e da Honduras para manter aquela ditadura sangrenta no poder e impedir que o povo de El Salvador conquiste finalmente a liberdade.

O PCP exige que o Governo português expresse junto das autoridades salvadoreñas, dos seus apoiantes e da comunidade internacional a condenação inequívoca do povo português face aos crimes diariamente cometidos pela Junta civil-militar de El Salvador, única posição consentânea com o Portugal libertado do fascismo.

O PCP apela à classe operária, aos trabalhadores a todos os portugueses amantes da paz e da liberdade, a todos os antifascistas, a todos os democratas para que manifestem o seu apoio à luta do povo de El Salvador e condenem os crimes da ditadura salvadoreña e a intervenção imperialista naquele país da América Central.

O PCP apela concretamente para que se façam chegar à Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa mensagens de protesto pela participação da Administração norte-americana na criminoso intervenção militar em El Salvador.

Lisboa, 16 de Janeiro de 1981

O Secretariado do Comité Central
do Partido Comunista Português

A morte
de Cipriano
Dourado

Morreu no passado sábado, em Lisboa, Cipriano Dourado, um dos vultos mais destacados das artes plásticas portuguesas.

Cipriano Dourado, pintor e gravador, tinha 59 anos e era militante do Partido Comunista Português. Desde 1974 que colaborou activamente, como artista plástico, em inúmeras manifestações democráticas, sendo de destacar o seu trabalho nas sucessivas Festas do «Avante!». Além disso, nas próprias páginas do órgão central do nosso Partido, foram publicados por diversas vezes trabalhos seus, alguns dos quais propositadamente feitos para o efeito.

Cipriano Dourado foi um dos artistas plásticos portugueses contemporâneos que dedicou quase exclusivamente o seu trabalho a retratar o povo trabalhador, sobretudo as mulheres, destacando-se, entre estas, as ceifeiras do Alentejo.

Natural de Penhascoso, na Beira Baixa, onde nasceu em 8 de Fevereiro de 1921, Cipriano Dourado começou, logo na juventude, a trabalhar como desenhador-litógrafo, revelando-se cedo dotado de invulgares aptidões artísticas. A partir dessa altura, começou a praticar o desenho e a executar numerosas litografias, quer a preto quer a cores.

A sua primeira exposição, em 1949, obteve o 2.º prémio de aguarela «Roque Gameiro», na Sociedade Nacional de Belas-Artes.

A partir de então, as suas obras figuraram em inúmeras exposições de artes plásticas realizadas em Lisboa, das quais se destacam: «1.ª Exposição de Artes Plásticas da Fundação Calouste Gulbenkian» (1957); «Gravura Moderna» na Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa (1952); «Modernos Gravadores Portugueses», na Galeria Artes e Letras (1955); «Gravura Contemporânea», na Galeria Pórtico (1956); «Gravura Portuguesa Contemporânea», na Galeria Pórtico (1957).

Além disso, participou igualmente nas exposições itinerantes de «Gravura Portuguesa Contemporânea» realizadas em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente na Suécia (1958), Madrid (1959), Roma (1956) e Estugarda (1960). De salientar igualmente a sua participação na I Bienal Internacional de Gravura realizada em Tóquio em 1957.

Juntamente com Rogério Ribeiro, Cipriano Dourado expôs em Colmbra, na delegação do jornal «O Primeiro de Janeiro» (1956).

A sua última exposição individual foi realizada no Estoril no final do ano passado.

Cipriano Dourado, que ilustrou numerosos livros de prosa e de poesia, de que se destacam obras de Pablo Neruda, Borges Coelho, Fernando Namora, Armindo Rodrigues e José Carlos Vasconcelos, era actualmente professor na Escola de Artes Decorativas «António Arrolo».

A intervenção de Cipriano Dourado na vida artística portuguesa, cuja influência e importância nunca foram devidamente cuidadas, será certamente agora motivo de estudo, porque fechado o ciclo de actividade, pela morte que o arrebatou ao nosso convívio, perdurará o seu testemunho como artista e como homem.

Nesse sentido, serão certamente pontos altos a sua entrega e o seu empenhamento e solidariedade na organização dos artistas, desde as Exposições Gerais de Artes Plásticas à criação da «GRAVURA», de que foi um dos fundadores mais determinados, até à colaboração múltipla que deu ao seu Partido.

A galeria imensa de desenhos e gravuras e ilustrações que deixou serão objecto do enquadramento que lhe é devido e do lugar invulgarmente personalizado que criou. O lirismo e a poesia, a homenagem à mulher, serão certamente constantes a descobrir nas áreas do desenho e da gravura, raramente praticados entre nós tão exclusivamente.

O estudo da obra de Cipriano Dourado será a melhor homenagem a prestar-lhe, prolongando-lhe a utilidade, função a que destinou a sua vida.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 789725/789722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º Di.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrouços — 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 5/8 — 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrouços — 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heika Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tragem média no mês de Dezembro: 64 016

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 788345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Di.º — 1000 Lisboa. Tel. 789744/789751.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Di.º — 1000 Lisboa. Tel. 789744/789751.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Di.º — 1000 Lisboa. Tel. 789744/789751.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Di.º — 1000 Lisboa. Tel. 789744/789751.

RESOLUÇÃO APROVADA PELO COMITÉ CENTRAL

O PCP E A NOVA SITUAÇÃO CRIADA PELA DERROTA DA «AD» EM 7 DE DEZEMBRO

No dia 17 de Janeiro teve lugar uma reunião plenária do CC do PCP.

O CC examinou a nova situação criada pela derrota da «AD» em 7 de Dezembro, a consequente travagem da ofensiva reaccionária e o fracasso do plano subversivo da «AD» de liquidação do regime democrático.

Trata-se de uma importante modificação da situação política, que cria condições favoráveis à luta do povo português em defesa dos seus interesses vitais, das liberdades e das outras conquistas da Revolução, do regime democrático e da independência nacional.

O CC caracterizou a situação existente nos órgãos de soberania e traçou as grandes linhas de orientação relativas à acção deles ou junto deles exercida pelo PCP. O CC traçou também a orientação geral do PCP em relação às Forças Armadas e à revisão da Constituição.

O CC salientou a diversidade das formas de luta, sublinhou o papel essencial das lutas de massas e debruçou-se sobre alguns problemas cruciais do movimento sindical e das comissões de trabalhadores no momento presente. O CC deu também relevo, como forma de luta e de intervenção, à contribuição directa para a solução dos problemas económicos, sociais e culturais.

O CC considerou como factor essencial para o sucesso da luta popular e democrática a unidade dos trabalhadores a unidade dos democratas e a luta contra o divisionismo.

Finalmente, o CC examinou algumas tarefas relativas ao reforço do Partido e às comemorações do 60.º aniversário do PCP.

1

AS ELEIÇÕES DE 7 DE DEZEMBRO — CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA

A vitória do grande conjunto de forças políticas e sociais, que elegeu por substancial maioria o general Ramalho Eanes em 7 de Dezembro, provocou importante modificação na situação política portuguesa.

A ofensiva reaccionária, que se encontrava em pleno desenvolvimento, sofreu brusca travagem. O plano subversivo de Sá Carneiro/F. do Amaral para a liquidação do regime democrático, que tinha na eleição do general Soares Carneiro para Presidente da República uma peça essencial e culminante, sofreu estrepitosa derrota.

A derrota da «AD» nas eleições presidenciais e a eleição do general Eanes significaram que o regime democrático foi salvo da conquista total do poder pela reacção, que se evitou no imediato uma onda de violências, ilegalidades e perseguições preparando a instauração duma nova ditadura. Significaram que a democracia se consolidou e se abriram novas perspectivas favoráveis para a luta do povo português nos tempos próximos.

A votação esmagadora contra o candidato da «AD» Soares Carneiro — que a «AD» identificou inteiramente com o seu governo e com a sua maioria na Assembleia da República — foi um voto contra a «AD», contra o Governo «AD», contra a maioria «AD» na Assembleia da República.

Na votação de 7 de Dezembro, a «AD» perdeu o suporte social e eleitoral que obtivera, ainda que por métodos antidemocráticos, na votação de 5 de Outubro. O Governo perdeu em consequência a legitimidade para prosseguir a mesma política. Nessa aceção, pode justamente afirmar-se que os resultados das eleições de 7 de Dezembro «rectificaram» os resultados das eleições de 5 de Outubro.

Mesmo não tendo lugar no imediato a dissolução da Assembleia da República e eleições antecipadas, os resultados das eleições de 7 de Dezembro criaram condições para impedir a retomada a curto prazo pela reacção de planos subversivos e para tornar obrigatórias modificações sensíveis na política do Governo «AD» e nas iniciativas legislativas da «AD» na Assembleia da República. Criaram condições para impedir o prosseguimento da ofensiva inconstitucional, ilegal e subversiva da «AD» contra as conquistas do povo português (designadamente a Reforma Agrária, as nacionalizações, os direitos dos trabalhadores, as liberdades democráticas) e contra o próprio regime.

O CC do PCP sublinhou que, apesar destas condições favoráveis após as eleições presidenciais, e num momento decisivo em que a reacção, particularmente a «AD», se encontrava desorientada, desanimada, abatida e paralisada pela grande derrota que não havia esperado, as forças que saíram vencedoras das eleições, incluindo o próprio Presidente reeleito, em vez de explorarem a fundo e consolidarem rapidamente as posições da democracia tomando as medidas adequadas, remeteram-se a uma posição defensiva, dando tempo à reacção para se recompor parcialmente dos efeitos imediatos do desastre eleitoral, tapar brechas, reorganizar fileiras,

adaptar-se à nova situação, ajustar a tática, renovar planos e programas.

O CC do PCP considera que a derrota da «AD» e a vitória da democracia em 7 de Dezembro, embora significando um reforço considerável do regime democrático, não se concretizou até hoje em iniciativas, decisões e modificações que os resultados eleitorais plenamente justificavam.

O resultado das eleições de 7 de Dezembro reflectiu, traduziu e promoveu uma alteração na correlação de forças a favor da democracia. Existem novas e mais favoráveis condições para fazer frente à reacção, para defender as conquistas democráticas e os interesses dos trabalhadores e das classes e camadas laboriosas, para a unidade das forças democráticas, para assegurar o futuro democrático, livre e independente de Portugal.

2

A GRAVE SITUAÇÃO EXISTENTE

A grave situação económica e social do País, provocada fundamentalmente pela política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista conduzida desde o governo PS sozinho e agravada com os governos fascizantes de Mota Pinto e Sá Carneiro/F. do Amaral, apresenta traços de crise profunda e faz prever novas e sérias dificuldades e problemas.

A situação económica em nada corresponde às promessas feitas por sucessivos governos para justificar a intensificação da sua política contra as conquistas da revolução e contra o bem-estar das massas trabalhadoras.

A actividade produtiva da indústria transformadora teve uma quebra no segundo semestre do ano findo. Apesar das boas condições climáticas, a produção de importantes produtos agrícolas diminuiu ou ficou aquém das previsões, devido à política agrícola do governo «AD» e à ofensiva contra a Reforma Agrária. (Prevê-se para 1981 a importação de cerca de 40 milhões de contos de cereais). A taxa de expansão do PIB (Produto Interno Bruto) estagnou em 1980 e em 1981 também não deve exceder os 3%. A balança de transacções correntes agravou-se significativamente, passando de 33 milhões de dólares em 1979 para mais de 800 milhões em 1980, apesar das remessas dos emigrantes e do turismo. A balança comercial continua a registar elevadíssimos défices, reflectindo a estagnação da economia nacional e a política de dependência em relação às grandes potências imperialistas. A dívida externa aumentou mais de 50 milhões de contos em 1980 atingindo cerca de 380 milhões de contos. O défice de mais de 28,5 milhões de contos nos «rendimentos de capitais» acusa a exportação dos lucros e os encargos com os empréstimos externos.

A ofensiva contra as nacionalizações e contra a Reforma Agrária causa profundos prejuízos à economia nacional.

A ofensiva contra as nacionalizações provocou a abertura disfarçada ao grande capital de sectores básicos da economia, a transferência para o sector privado de importante património público, o agravamento do endividamento externo e interno das empresas públicas e da sua situação financeira, a travagem do investimento produtivo e do desenvolvimento económico em geral.

A ofensiva contra a Reforma Agrária provocou a destruição de duas centenas de empresas agrícolas (UCPs/Cooperativas) altamente produtivas, ficando abandonados milhares de hectares de terras das reservas entregues aos agrários, provocou a destruição de searas, o abate ruinoso de milhares de cabeças de gado, o desemprego de milhares de trabalhadores.

A política de recuperação capitalista e latifundista mostrou ser totalmente contrária aos interesses e bem-estar das massas trabalhadoras e à economia nacional.

A situação da classe operária, e dos trabalhadores em geral, sofreu gravemente com a política antipopular e anti-operária dos governos reaccionários, particularmente do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

Desmentindo a demagogia verbal e os actos demagógicos dos governos reaccionários, intensifica-se a exploração dos trabalhadores.

Diminuem os salários reais. Generalizam-se os contratos a prazo. Cresce o desemprego, multiplicando-se os despedimentos colectivos e os despedimentos selectivos. Os preços aumentam em flecha. Diminui o poder de compra das massas. Agravam-se a situação das mulheres e da juventude. Multiplicam-se as perseguições a dirigentes e delegados sindicais e a utilização de milícias privadas (gorilas) pelo patronato reaccionário. A repressão nas empresas torna-se um instrumento cada vez mais utilizado para impor a intensificação da exploração.

Os pequenos e médios agricultores conhecem novas grandes dificuldades, com a extinção do crédito agrícola de

emergência, os aumentos dos factores de produção, o congelamento do preço de vários produtos no produtor. Aproximam-se da ruína milhares de pequenos e médios comerciantes e industriais.

A ofensiva no terreno económico e social foi acompanhada pelo assalto generalizado ao aparelho do Estado e por uma ofensiva de arrogância crescente contra as liberdades e direitos dos cidadãos.

O CC debruçou-se com particular atenção sobre a situação extremamente grave existente na comunicação social estatizada, assaltada pela «AD» e sujeita ao seu controlo e uso partidários, nomeadamente na RTP e RDP, em manifesta violação da legalidade democrática. São esmagadas as mais elementares regras do pluralismo, isenção e independência. Multiplicam-se as várias formas de censura. Discriminam-se e marginalizam-se partidos, organizações de classe e sectores sociais e políticos. Trabalhadores dignos e competentes da comunicação social são perseguidos, despedidos e marginalizados, colocando-se no seu lugar indivíduos sem qualificação nem dignidade profissional. A informação é manipulada e torna-se um instrumento de propaganda da reacção e do seu governo e de intoxicação da opinião pública. Anuncia-se o abertamento do propósito de liquidação do sector público da informação.

A grave situação e a perspectiva de continuação no imediato do Governo da «AD» torna necessária uma constante, firme e combativa oposição e resistência de todos os democratas e patriotas, da classe operária e das massas populares, de todas as classes e camadas sociais atingidas pela política de recuperação capitalista e latifundista e pelo plano de restauração do poder dos monopólios (aliados ao imperialismo) e dos latifundiários.

Os resultados das eleições de 7 de Dezembro, freando a ofensiva reaccionária e derrotando o plano subversivo da «AD», consolidando as instituições e as liberdades, criou condições mais favoráveis para o desenvolvimento da luta popular e democrática para uma política que, no imediato, responda a algumas linhas fundamentais já apontadas pelo PCP:

- a reposição da legalidade democrática em todos os sectores da vida nacional onde o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral estabeleceu situações de facto antidemocráticas;
- a defesa das conquistas democráticas consagradas na Constituição (designadamente a Reforma Agrária, as nacionalizações, os direitos dos trabalhadores e o controlo de gestão);
- a garantia das liberdades e direitos dos cidadãos;
- o estabelecimento do pluralismo na comunicação social;
- o melhoramento das condições de vida do povo;
- uma política externa de independência nacional, de paz, amizade e cooperação com todos os povos sem qualquer enfeudamento a interesses estrangeiros.

3

FORMAS DIVERSIFICADAS DE LUTA E INTERVENÇÃO

Examinando as condições em que se desenvolveu a luta dos trabalhadores e do povo português em geral, o CC sublinhou que se confirmaram inteiramente e continuam a ser inteiramente válidas as conclusões do IX Congresso do Partido acerca das formas diversificadas e complementares de luta e de intervenção popular e democrática nas condições do Portugal de Abril.

Após a luta eleitoral, é indispensável:

- continuar firmemente a acção junto dos órgãos do poder (Presidente da República, Conselho da Revolução e Governo) e nos órgãos do poder central e local (Assembleia da República e Autarquias), assim como junto dos governos regionais nas Regiões Autónomas;
- intensificar as lutas de massas que conservam o seu carácter decisivo e determinante;
- e insistir na contribuição directa para a solução dos problemas como forma de intervenção e de luta que os trabalhadores e os democratas terão de prosseguir corajosamente.

Apesar das modificações favoráveis verificadas na situação política, resultantes das eleições de 7 de Dezembro, as perspectivas da política nacional são sombrias. Só através da luta e da intervenção pelas diversas formas apontadas se poderá fazer frente à política

4

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA E A ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA

O CC do PCP, no seguimento de posições anteriormente anunciadas, salienta que as eleições de 7 de Dezembro confirmaram o papel positivo do órgão de soberania Presidente da República e do general Ramalho Eanes como Presidente da República, na estabilização e consolidação do regime democrático.

O CC, debruçando-se ainda sobre as eleições de 7 de Dezembro, conclui que os resultados confirmaram brilhantemente a orientação do Partido: a indicação com o objectivo central e prioritário da derrota do candidato da «AD», a apresentação, a campanha e desistência de um candidato comunista e o apelo final ao voto do general Ramalho Eanes. O CC considera que, com esta orientação e a acção correspondente, o PCP deu uma contribuição decisiva para a derrota da reacção nas eleições presidenciais e para a consequente consolidação do regime democrático.

Dado o actual domínio da «AD» na Assembleia da República e no Governo, a sua intenção de prosseguir a ofensiva antidemocrática e antipopular ao serviço do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo estrangeiro e o plano, que persiste, da revisão inconstitucional da Constituição — ao órgão de soberania Presidente da República continuará a caber, ao nível das instituições, pelas suas competências políticas e militares, um papel primordial na defesa e consolidação do regime democrático.

O CC do PCP considera positivo, no discurso do Presidente Eanes no acto de posse do seu cargo em 14 de Janeiro, a reafirmação do empenho em defender o regime democrático, em cumprir e fazer cumprir a Constituição, em contribuir para a rectificação da situação na comunicação social.

O PCP continuará a manter, nos termos constitucionais, relações com o Presidente e com a Presidência da República.

5

O CONSELHO DA REVOLUÇÃO E A DEFESA DA DEMOCRACIA

O CC do PCP avaliou, no fundamental, de forma positiva o papel do Conselho da Revolução na defesa da estabilidade do regime democrático português.

Considerando que o regime democrático corre ainda sérios perigos (como bem o mostrou o plano subversivo da «AD» derrotado nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro) o CC confirma que o PCP, pela sua parte, nada tem a opor à continuação por mais 4 anos do Conselho da Revolução como órgão de soberania.

Independentemente do que a esse respeito vier a considerar a revisão constitucional, o CC do PCP adverte de que, até à entrada em vigor das alterações à Constituição (aprovadas pela maioria de dois terços da Assembleia da República) os órgãos de soberania, entre os quais o Conselho da Revolução, continuam na plenitude das suas actuais funções constitucionais.

Até lá, o Conselho da Revolução continuará a ter plena competência, como órgão político e como órgão legislativo em matéria militar, para garantir o regular funcionamento das instituições democráticas e a fidelidade ao espírito da Revolução Portuguesa do 25 de Abril.



RESOLUÇÃO APROVADA PELO COMITÉ CENTRAL

6

FIRME OPOSIÇÃO AO GOVERNO AD/BALSEMÃO

O Governo Pinto Balsemão é o continuador do Governo Sá Carneiro nas novas condições impostas à «AD» pela sua estrondosa derrota nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro.

Impedida pelo resultado das eleições presidenciais a realização do plano subversivo de Sá Carneiro/Freitas do Amaral, a «AD», enfraquecida pela derrota sofrida, foi obrigada a rever no imediato a sua forma de actuar. Foi obrigada a um entendimento mínimo com o Presidente reeleito que ferocemente combateu. Foi obrigada a moderar a linguagem que antes das presidenciais adquirira formas cada vez mais nitidamente fascistas. Foi obrigada a substituir em cargos governamentais alguns dos seus «falcões». Foi obrigada a alijar do elenco governativo o próprio presidente do CDS, Freitas do Amaral. Foi obrigada a passar a uma posição de ostensiva intolerância para uma aparente abertura e diálogo.

Entretanto, no fundamental, os objectivos políticos da «AD» e do seu governo permanecem inalteráveis.

A destruição da Reforma Agrária e das nacionalizações, a restauração dos monopólios e dos latifúndios, a exploração desenfreada dos trabalhadores e das classes laboriosas, a limitação das liberdades e direitos dos cidadãos e a final destruição do regime democrático continuam a caracterizar a política da Aliança reaccionária.

O CC salientou que constitui uma perigosa ilusão pensar que o Governo Balsemão representa uma viragem na política da «AD», uma rectificação da política reaccionária anterior.

O discurso do novo Primeiro-Ministro no acto da tomada de posse e o Programa do Governo apresentado à Assembleia da República, confirmam que o novo governo não pretende ser um governo de abandono e rectificações da política antidemocrática, antipopular, inconstitucional, ilegal e subversiva da «AD», mas um governo da sua continuidade com adaptações formais impostas pela derrota de 7 de Dezembro.

Do Governo AD/Balsemão são de esperar o desrespeito pela legalidade democrática, a continuação da ofensiva inconstitucional contra as grandes conquistas de Abril (Reforma Agrária, nacionalizações, etc.), a degradação da situação económica, da saúde, do ensino, da cultura, o agravamento geral das condições de vida dos trabalhadores e de todo o povo português.

Do Governo AD/Pinto Balsemão é de esperar o prosseguimento da política antioperária e antipopular dos governos anteriores em que se insere a transformação do Ministério do Trabalho num organismo defensor do patronato reaccionário e num instrumento do divisionismo sindical.

Do Governo AD/Balsemão são de esperar novas concessões ao grande capital, o pagamento de indemnizações, a entrega de terras e de empresas do Estado.

Tal como os governos anteriores, o Governo AD/Balsemão não resolverá, antes agravará, todos os grandes problemas nacionais.

Na política externa, o Governo Balsemão prosseguirá uma política de enfundamento e submissão ao imperialismo norte-americano, aos círculos mais belicistas da NATO e aos interesses das multinacionais do Mercado Comum.

O CC do PCP alerta o Povo português para as disposições do Governo «AD» de conceder facilidades em território português para a instalação ou trânsito de armas nucleares, o que representaria gravíssimos perigos para a segurança, a integridade territorial e a independência de Portugal.

É de esperar a efectiva sabotagem ao desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com os novos Estados africanos de língua portuguesa e com os países socialistas.

Uma tal política fere profundamente os interesses do nosso povo e da economia nacional e compromete gravemente a independência nacional.

O Programa do Governo Balsemão, apresentado à Assembleia da República, conserva o objectivo central de restauração do poder económico e político do grande capital e dos latifundiários.

Mantém e explicita ainda mais claramente a ofensiva contra as empresas nacionalizadas, a abertura do sector nacionalizado, incluindo a Banca, a empresas capitalistas, o pagamento de indemnizações com participações financeiras do Estado. Mantém a ofensiva contra a Reforma Agrária. Mantém a ruínoza adesão à CEE como «primeira prioridade na actuação do Governo». Mantém a deterioração das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral, pretendendo aumentar a exploração, fixar o tecto salarial em 16%, liberalizar os despedimentos. Mantém a intenção de limitar gravemente as liberdades com nova lei dos partidos, nova lei restringindo o direito à greve, nova legislação laboral, nova lei eleitoral. Mantém a intenção de não modificar o controlo antidemocrático pela «AD» da comunicação social, especialmente da Televisão e da Rádio, visando a intoxicação da opinião pública. Mantém o projecto de confronto institucional e ruptura constitucional.

O CC decide que o Grupo Parlamentar do PCP apresentará nos dias próximos uma moção de rejeição do Programa do Governo Balsemão e considerará moções de

rejeição apresentadas por outros partidos por forma a assegurar que o maior número de deputados vote contra o Governo da «AD».

O CC chama a atenção para o facto de que a «AD», estrondosamente derrotada nas eleições de 7 de Dezembro e forçada a uma posição defensiva, está já a aproveitar largamente o facto de a vitória democrática não ter sido explorada em profundidade.

Sentindo a falta de iniciativa e a posição defensiva das forças e sectores que ganharam as eleições de 7 de Dezembro, a «AD» e o seu Governo retomam pouco a pouco a sua arrogância e intolerância onde não seria difícil obrigá-los a grandes recuos.

O CC do PCP defende firmemente a opinião de que o Governo Balsemão, no caso de, tal como o Governo Sá Carneiro, enveredar pelo caminho da inconstitucionalidade, ilegalidade e subversão, deve ser imediatamente exonerado.

O CC do PCP chama a atenção para o carácter inconstitucional, a irrelevância jurídica e o significado político totalitário da afirmação do novo Primeiro-Ministro de que o Governo tem o direito de governar 4 anos por ser um «governo de legislatura».

No quadro do regime democrático português, o Governo poderá ser substituído em qualquer altura segundo os diversos mecanismos institucionais que a Constituição consagra (exoneração do Primeiro-Ministro pelo Presidente da República, moções de censura, recusa do voto de confiança, dissolução da Assembleia da República, etc.).

A atitude de Mário Soares e de outros dirigentes do PS segundo os quais o Governo «AD» deve governar nos 4 anos próximos é uma atitude conformista e derrotista. As eleições de 7 de Dezembro que a própria «AD» caracterizou como eleições a favor ou contra a «AD» e o seu Governo, mostraram que a grande maioria do Povo português está contra a «AD» e contra o seu Governo.

O PCP manterá, em relação ao Governo Balsemão, uma atitude de firme oposição.

Na base da Constituição e da legalidade democrática, o PCP luta e lutará pela demissão e substituição o mais rapidamente possível do Governo actual, governo que não corresponde nem à vontade nem aos interesses do povo português. Luta e lutará pela formação de um governo democrático, no quadro das soluções constitucionais possíveis.

O CC do PCP considera que as novas condições políticas criadas pela derrota da «AD» nas eleições presidenciais tomam inteiramente possível alcançar um tal objectivo.

7

O GRUPO PARLAMENTAR DO PCP NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A maioria «AD» na Assembleia da República é um produto da violação da legalidade democrática e das manipulações eleitorais do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral que possibilitaram os resultados de 5 de Outubro.

A maioria «AD» na Assembleia da República, que nunca correspondeu à vontade política maioritária do povo português, foi posta directamente em causa pelas eleições presidenciais. A política da maioria «AD», visando impor antidemocraticamente uma legislação inconstitucional, sofreu severa condenação e rejeição nas eleições presidenciais. A maioria «AD» na Assembleia da República não tem base eleitoral nem social para continuar a elaborar e a aprovar uma legislação reaccionária para destruir o Portugal de Abril.

As contradições, divergências, conflitos e rivalidades no interior da «AD» e da sua maioria na Assembleia da República tendem a agravar-se.

Não é de excluir que deixe de existir na Assembleia da República, com a sua actual composição, uma base parlamentar maioritária para um governo reaccionário.

Na Assembleia da República, os deputados comunistas actuarão com os seguintes objectivos principais:

- impedir todas as tentativas de revisão inconstitucional da Constituição e de aprovação de leis contrárias à Constituição, às liberdades, às conquistas de Abril, aos interesses do povo português e de Portugal;
- fazer aprovar leis democráticas apresentadas, quer por deputados do PCP quer por outros deputados;
- fiscalizar a acção do Governo, desmascarar e combater a sua política e actuações antidemocráticas;
- ser porta-voz na Assembleia da República das aspirações e das reclamações da classe operária e de todos os trabalhadores, dos intelectuais e dos quadros técnicos, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, das mulheres, da juventude, de todas as camadas laboriosas, dos reformados, dos deficientes, das populações em geral e dos emigrantes;
- utilizar a Assembleia da República como tribuna para informar e esclarecer a opinião pública.

Com estas finalidades, o grupo parlamentar do PCP procurará estreitar as relações de amizade e cooperação existentes com o MDP e estabelecer, a título permanente

se possível ou em casos concretos, entendimentos e acordos com Grupos Parlamentares e deputados de outros partidos, e em particular, pela sua importância, com o grupo parlamentar do PS e com os deputados socialistas.

8

OS TRIBUNAIS E A LEGALIDADE DEMOCRÁTICA

Na actual fase da vida política portuguesa, em que as forças reaccionárias instaladas no poder violam os mais elementares princípios e normas democráticas, o CC do PCP considera a acrescida importância que os tribunais podem assumir para defesa dos direitos e interesses dos cidadãos, da constitucionalidade das leis, da legalidade.

O PCP defende firmemente a independência dos tribunais e opõe-se às pressões que sobre eles pretendam exercer outros órgãos de soberania, às tentativas de os submeter ao governo ou à política de partidos.

O CC salienta a obrigação estrita do cumprimento das decisões dos tribunais, não apenas pelos cidadãos, mas por todas as autoridades, a começar pelo próprio governo.

O CC do PCP sublinha o papel na democratização da vida nacional da dignificação da administração da justiça pela insenção, imparcialidade e honestidade dos magistrados judiciais e do Ministério Público.

9

AS FORÇAS ARMADAS E AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

O exame objectivo da actual realidade portuguesa, não deixa lugar a dúvidas de que as Forças Armadas continuam a ter uma intervenção efectiva na vida política portuguesa. Poderá considerar-se esta situação como positiva ou como negativa. Mas trata-se de uma situação de facto, resultante de numerosos factores, entre os quais a Revolução de Abril, e que não pode modificar-se por decisões voluntaristas.

São demagógicas as afirmações das forças reaccionárias e de certos sectores oportunistas acerca da «submissão das Forças Armadas ao poder civil». O que tais forças pretendem a coberto de tal consigna é o afastamento dos militares de Abril e a criação de uma nova hierarquia reaccionária que possa servir de instrumento aos planos subversivos de liquidação do regime democrático.

O PCP defende que a intervenção das Forças Armadas na vida política (realidade da situação nacional) deve estar institucionalizada e não deixada ao sabor do mero jogo da correlação de forças.

A Constituição aprovada em 1976 institucionalizou essa intervenção, designadamente através do Conselho da Revolução e das competências de natureza militar do Presidente da República.

Se o Conselho da Revolução vier a desaparecer e deixando o Presidente da República de ser CEMGFA, é indispensável que a Constituição consagre novas formas dessa institucionalização.

O CC do PCP pronuncia-se firmemente contra quaisquer tentativas de partidarização das Forças Armadas, de submissão das Forças Armadas à política de partidos que conjuntamente constituam o governo ou disponham de maioria na Assembleia da República.

O CC do PCP considera extremamente perigosas para a democracia as intenções expressas pelo novo Primeiro-Ministro de atribuir ao governo, na revisão constitucional, a direcção e gestão das Forças Armadas e certas contrapropostas feitas por dirigentes da «AD» de revisão constitucional no sentido de reservar à Assembleia da República ou ao governo e ao Ministro da Defesa competência para legislar em matéria militar e para fazer nomeações para altos cargos militares.

Tais orientações, se fossem aprovadas, equivaleriam na situação presente, à instrumentalização das Forças Armadas ao serviço de tais ou tais partidos no poder. Significariam, não a submissão das Forças Armadas ao poder civil, mas a criação de uma nova hierarquia militar reaccionária, susceptível de fazer intervir as Forças Armadas em apoio de golpes subversivos dos partidos reaccionários.

O CC do PCP considera que, no estágio actual da evolução do regime democrático, deve vigorar o princípio: «Nas Forças Armadas, em matéria militar, são os militares que decidem».

O CC do PCP considera que a competência legislativa da Assembleia da República em matéria militar se deve circunscrever à definição das linhas gerais da política de defesa nacional, excluída a estruturação, a organização e administração. As Forças Armadas deve continuar a ser atribuída larga competência regulamentadora e executiva

interna, com o pressuposto de observarem os princípios constitucionais, a legalidade democrática, a fidelidade à defesa do regime e da independência nacional.

10

PODER LOCAL DEMOCRÁTICO AO SERVIÇO DAS POPULAÇÕES

O poder local democrático desempenha funções essenciais para o melhoramento das condições materiais e culturais de vida das populações e para a democratização da vida nacional.

Na situação política actual, o reforço do poder local democrático, com a acentuação da descentralização administrativa e da autonomia financeira, é chamado a dar uma crescente contribuição para a solução dos mais variados problemas económicos, sociais e culturais, para o desenvolvimento económico do País, para a consolidação do regime democrático.

O CC do PCP alerta contra as tentativas que certamente continuará a fazer o Governo «AD» para se ingerir através do MAI no funcionamento dos serviços autárquicos, para recusar a aplicação integral da lei das finanças locais, para protelar a aprovação da lei de delimitação das responsabilidades em matéria de investimentos, para reintroduzir a política de discriminações e proteccionismos através de subsídios. Os factos mostram que a política antidemocrática das forças reaccionárias se manifesta na exigência de grande descentralização do poder local quando não dispõem do poder central e numa rígida centralização quando tomam conta do poder.

O CC chama a atenção para o plano da reacção de subverter o carácter democrático das autarquias através da revisão constitucional. Estão neste caso as propostas de Freitas do Amaral para que as Câmaras Municipais deixem de ser eleitas por sufrágio directo e com representação proporcional e passem a ser eleitas pelas Assembleias Municipais (o que daria lugar a uma baixa política de colúmbios e alianças contranatura nas autarquias) e o plano de regionalização não simétrica, que permitiria assegurar poderes locais fortes e ditatoriais onde domina a reacção, e continuar a fazer depender inteiramente das ordens do governo regiões onde as forças democráticas têm influência predominante.

O PCP opõe-se a estes planos que contrariam frontalmente a descentralização administrativa e a democracia nas autarquias locais.

O PCP continuará defendendo a democratização dos órgãos do poder local, a participação pluralista em todos estes órgãos de acordo com a vontade dos eleitores respectivos.

O PCP continuará a defender a eleição directa e proporcional dos órgãos autárquicos, a mais ampla participação popular nestes órgãos, a unidade nas autarquias de todos aqueles que desejam seriamente trabalhar para a solução dos problemas das populações e para a democraticidade do poder local.

11

REVISÃO CONSTITUCIONAL DA CONSTITUIÇÃO

A Constituição da República — máxima expressão jurídica da consagração legal e institucional do regime democrático e das transformações revolucionárias alcançadas com o 25 de Abril — corresponde, nas suas linhas essenciais e na actual fase histórica, às condições e exigências do desenvolvimento do povo português e do «país real» que Portugal é actualmente.

O cumprimento da Constituição e o seu acatamento tem sido um factor de primordial importância para estabilidade do regime democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional. A batalha em defesa da Constituição é uma frente do movimento popular e uma batalha central de cujo resultado dependerá em larga medida o futuro da democracia portuguesa.

O papel da revisão da Constituição é preservar e aperfeiçoar a Constituição e não subvertê-la e substituí-la. O PCP rejeita firmemente qualquer ideia dum revisão global e defende que a revisão se deve limitar ao estritamente necessário.

O CC do PCP alerta para as propostas feitas pela «AD» de alterações inconstitucionais, com vistas ao enfraquecimento do regime e das suas instituições e à preparação da sua ulterior liquidação.

O CC insiste em que a revisão da Constituição para ser legal e legítima, tem de observar estritamente os limites materiais e formais estabelecidos pela própria Constituição nos artigos 286 e 290, designadamente a exigência de dois terços dos votos dos deputados e a impossibilidade da revisão de certos princípios e disposições como os direitos e garantias dos cidadãos, os direitos dos trabalhadores,



RESOLUÇÃO APROVADA PELO COMITÉ CENTRAL

o princípio da apropriação colectiva dos meios de produção e solos, a eliminação dos monopólios e latifúndios, a planificação económica, o sistema de representação proporcional, a separação e independência dos órgãos de soberania, a independência dos tribunais, a autonomia das autarquias locais, etc.

Qualquer alteração da Constituição que não observasse estes limites seria ilegal e ilegítima e adquiriria um carácter subversivo.

A Assembleia da República eleita em 5 de Outubro tem competência de revisão constitucional, mas não tem poderes para subverter a Constituição, para alterar os limites da revisão estabelecidos na própria Constituição.

O PCP apresentará propostas e contrapropostas de alterações visando designadamente: a) o reforço da garantia dos direitos e liberdades fundamentais; b) a preservação do regime de equilíbrio e interdependência entre os vários órgãos de soberania; c) a manutenção dos poderes do Presidente da República; d) a manutenção do Conselho da Revolução ou a transferência das suas competências de forma a salvaguardar a defesa do regime democrático e a não partidarização das Forças Armadas.

A revisão constitucional, realizando-se num momento da luta política particularmente aguda, insere-se na batalha política do momento presente e é utilizada por diversas forças políticas para responder a problemas conjunturais e para facilitar que sejam alcançados os seus objectivos a curto e a médio prazo.

Como exemplo, a proposta de Freitas do Amaral para que o Presidente da República não possa demitir um governo que disponha de apoio maioritário na Assembleia da República tem manifestamente em vista, por um lado, criar instrumentos jurídicos para relançar a ofensiva contra o Presidente reeleito e cortar-lhe as possibilidades de intervir com eficácia contra novos planos subversivos das forças reacçãoárias e, por outro lado, perpetuar o Governo «AD», qualquer que seja a sua actuação e a oposição à sua política.

A batalha em defesa da Constituição não se deve limitar à Assembleia da República, aos grupos parlamentares, às direcções dos partidos. Todos os democratas e patriotas, todo o povo português, têm um papel importante a representar, expressando a sua opinião e lutando firmemente a fim de garantir que a revisão da Constituição não se converta numa nova acção desestabilizadora e subversiva das forças reacçãoárias.

12

LUTA DA CLASSE OPERÁRIA

A luta de massas continua a desempenhar um papel determinante na vida política e social.

O CC salienta que o seu seguimento e desenvolvimento são essenciais para defender os interesses do Povo, as liberdades e a Reforma Agrária, as nacionalizações e as outras conquistas da revolução, para derrotar a política antipopular da «AD» e impor a necessária viragem democrática na vida política nacional.

A classe operária, com a sua combatividade, determinação e poderosa organização esteve no centro do vasto movimento popular de 1979/80 contra a ofensiva reacçãoária, intensificada com a vitória da «AD» em 2 de Dezembro de 1979.

O CC sublinha uma vez mais que as importantes conquistas de carácter social obtidas pelos trabalhadores foram o resultado da sua vigorosa luta. Foi pela luta que o Governo «AD» foi obrigado a descongelar a contratação, foi pela luta que se reduziu o tempo de vigência efectiva das tabelas salariais e se liquidaram as tentativas de impor o tecto salarial. Foi a luta dos trabalhadores que obrigou a meter na gaveta o pacote laboral e o decreto sobre horários de trabalho com os quais o Governo pretendia subverter as importantes conquistas em matéria de legislação do trabalho.

Os trabalhadores não lutaram só pela melhoria das suas condições de vida. O recurso a variadas e múltiplas formas de luta, com destaque para as greves e manifestações de rua, visaram também a defesa das liberdades, das conquistas da revolução e a exigência de uma política democrática capaz de resolver os graves problemas nacionais.

A confirmação da vitória da Aliança reacçãoária em 5 de Outubro de 1980 fez pesar sobre os trabalhadores e as massas populares novas ameaças e perigos; as arbitrariedades patronais tornaram-se mais intensas.

A derrota das forças reacçãoárias e do seu candidato nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro e as medidas brutais decretadas pelo Governo contra as condições de vida do povo criaram novas perspectivas para um novo ascenso da luta de massas que já se está verificando.

Os trabalhadores fazem frente a uma ofensiva generalizada do patronato que, com a conivência e apoio do Governo, em particular do Ministério do Trabalho, goza de toda a impunidade na sua acção contra os direitos dos trabalhadores e as suas organizações de classe.

A repressão patronal tomou-se muito vasta: utilização de «gorilas» nas empresas, recurso crescente aos processos disciplinares como método de intimidação e arbitrariedade, despedimentos, promoções e admissões selectivas — transformam os locais de trabalho em centros de opressão.

Nas empresas perseguem-se e discriminam-se os activistas sindicais, violam-se os direitos e liberdades com limitações e proibições à actividade das organizações de classe dos trabalhadores.

Intensificam-se e diversificam-se as formas de exploração dos trabalhadores, com o recurso crescente ao trabalho extraordinário, aos turnos especiais, à generalização dos prémios, ao trabalho à peça e de empreitada.

Os contratos a prazo atingem percentagens brutais, chegando mesmo aos 100%. Os contratos a prazo são

fonte de toda a espécie de arbitrariedades e discriminações, tornaram-se num terrível factor de instabilidade no emprego.

O desemprego, cuja gravidade o Governo pretende minimizar, tende a agravar-se. Intensificam-se os despedimentos colectivos, nomeadamente, nas multinacionais.

A determinação de luta dos trabalhadores está em ascenso. O Governo ameaça de novo repor o tecto salarial, desta vez em 16%. A intensificação da exploração é um objectivo central da política governamental. A par da luta contra esta perigosa ameaça devem intensificar-se as lutas em defesa das regalias adquiridas, contra a repressão patronal, em defesa das liberdades sindicais, contra o desemprego e os despedimentos, contra os contratos a prazo, contra a alta do custo de vida.

A contratação colectiva continua a ser determinante para a melhoria das condições de vida e de trabalho da grande maioria dos trabalhadores. O CC considera que, pelo número de trabalhadores que mobiliza e porque a contratação consagra muitas das importantes conquistas que o patronato quer anular, o movimento sindical deverá dar uma particular atenção a esta importante frente de luta.

A vasta e diversificada luta do movimento operário dispõe de um poderoso instrumento que é a sua sólida base orgânica. Além do movimento sindical unitário têm particular destaque as Comissões de Trabalhadores.

Nas centenas de Comissões de Trabalhadores, ao contrário do que esperavam os divisionistas, reforçam-se as posições unitárias, eixo de aglutinação e mobilização de forças diversas.

Quanto mais activa for a intervenção das Comissões de Trabalhadores na resolução dos problemas concretos dos trabalhadores e das empresas, quanto mais activamente se ligarem aos trabalhadores, quanto mais se reforce o seu funcionamento democrático, mais se prestigiarão, tomando mais difícil a ofensiva patronal contra esta essencial forma de organização.

No decorrer deste ano realizar-se-ão eleições para a renovação de centenas de Comissões de Trabalhadores. As células do Partido devem preparar-se com tempo para esta importante batalha, procurando defender e reforçar o carácter unitário das Comissões de Trabalhadores.

O Comité Central sublinha que, tal como o movimento sindical e o movimento operário em geral, têm extraordinária importância os movimentos unitários dos pequenos e médios agricultores e rendeiros, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos intelectuais e quadros técnicos, da juventude, das mulheres, dos reformados, dos deficientes e de todas as classes e camadas antimonopolistas.

13

MOVIMENTO SINDICAL

O movimento sindical unitário é a força organizada mais dinâmica e determinante do movimento unitário dos trabalhadores. É por isso que contra ele se desenvolvem e multiplicam as acções provocatórias dos divisionistas.

O movimento sindical unitário, solidamente implantado, ganhou grande prestígio e influência. O CC chama a atenção para o facto de que o desenvolvimento e o êxito da luta de massas dependerá muito não só da defesa do movimento sindical unitário mas também do seu reforço a todos os níveis e superação de deficiências e dificuldades.

O CC apela a todos os membros do Partido para que actuem no movimento sindical tendo uma participação activa e empenhada no reforço e reestruturação do movimento sindical unitário, na defesa da sua prática democrática.

Os inimigos dos trabalhadores — Governo, patronato, partidos reacçãoários — em estreita aliança com elementos reformistas, centram os seus esforços na divisão do movimento operário e das suas organizações de classe.

Os divisionistas assumem de forma cada vez mais nítida o papel de traição aos interesses dos trabalhadores: não subscvem greves, procuram separar e opor os trabalhadores de serviços ao sector operário, conluam-se com o patronato, facilitando a sua ofensiva contra os direitos e liberdades dos trabalhadores.

No campo da organização portam-se como verdadeiros «gangsters», tendo como objectivo essencial a desorganização do movimento sindical. O carácter antidemocrático na actuação das organizações divisionistas, a sua submissão aos aparelhos partidários e a corrupção dos seus dirigentes são traços que se vão acentuando.

Os divisionistas encontram apoio crescente por parte do Governo e dos centros de diversão imperialista. O Congresso da UGT significará uma nova escalada na acção divisionista.

O tão apregoado «contrato social» apresentado pelos divisionistas inscreve-se na estratégia de submeter os trabalhadores à canga da exploração capitalista.

O campo de intervenção e de influência dos divisionistas, apesar das poderosas alavancas de que dispõe, é limitado.

O CC sublinha que o divisionismo pode e deve ser derrotado, desmascarando-o no plano político e ideológico, combatendo o sectarismo e o obreirismo, dando resposta adequada aos problemas orgânicos criados com os paralelos, reforçando cada vez mais o movimento sindical unitário e a sua ligação às massas, defendendo consequentemente os interesses e aspirações dos trabalhadores.

Só lutando contra o patronato e a política reacçãoária e antipopular do Governo é que as organizações de classe se prestigiam, ganham influência e se reforçam. Isto só o conseguirá o movimento sindical unitário.

14

INTERVENÇÃO DIRECTA NA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS

O CC salienta que a existência das conquistas revolucionárias que as actuações contra-revolucionárias não conseguiram destruir, as formas de organização económica criadas com a liquidação do capitalismo monopolista e com a Reforma Agrária, tornam imperiosa a intervenção directa dos trabalhadores e das populações em geral na solução de problemas económicos cruciais.

O CC apela às iniciativas dos trabalhadores de numerosas empresas nacionalizadas, de empresas sobre controlo de gestão e em alguns casos de empresas privadas, para assegurarem o bom funcionamento das empresas, a alta qualidade dos produtos, a solução dos problemas técnicos e de trabalho, a colocação nos mercados.

O CC reafirma a importância do reforço do controlo operário como forma de intervenção dos trabalhadores na vida das empresas e manifesta o seu inteiro apoio à luta pela tomada de posse dos gestores nas empresas públicas eleitos pelos trabalhadores.

O CC apoia e salda as decisões do Plenário de militantes da zona da Reforma Agrária realizado em 10 de Janeiro segundo as quais, se impõe — a par da luta contra o desemprego, pela reposição da legalidade, pela suspensão da entrega de mais reservas, máquinas e gados, pela retirada da GNR do processo — continuar no caminho da produção, produzindo mais e melhor, procurando com menos terra aumentar a produção e o seu valor.

O CC salienta que, ao mesmo tempo que lutam contra o agravamento da exploração e das condições de vida, os trabalhadores, o povo português, o regime democrático, Portugal como país independente, estão vitalmente interessados na solução dos problemas económicos e sociais, na saída da crise, no desenvolvimento económico nacional.

15

UNIDADE POPULAR E UNIDADE DEMOCRÁTICA

Na conjuntura actual e tendo em conta as perspectivas de evolução da situação económica, social e política nos tempos próximos, a unidade da classe operária, a unidade popular e a unidade democrática, poderão ser determinantes.

A par do elevado grau de organização, a unidade da classe operária, dos trabalhadores, do campesinato, das diferentes classes e camadas sociais interessadas no combate à política reacçãoária do Governo «AD», constitui uma arma poderosa na luta em defesa dos interesses populares e nacionais e do regime democrático que continua ameaçada pelas forças reacçãoárias instaladas no Governo.

O CC salienta que, ao mesmo tempo que lutam contra o agravamento da exploração e das condições de vida, os trabalhadores, o povo português, o regime democrático, Portugal como país independente, estão vitalmente interessados na solução dos problemas económicos e sociais, na saída da crise, no desenvolvimento económico nacional.

O CC considerou que, dada a atitude anticomunista de dirigentes do PS, não estão criadas condições para um acordo formal entre os dois partidos. Mas estão criadas condições, que a vida confirma e de que as eleições de 7 de Dezembro deram eloquente testemunho, para o convívio normal e amistoso, o entendimento e a acção comum, coordenada ou convergente em numerosos casos, de comunistas e socialistas.

O CC examinou o significado e as consequências da desagregação e quebra vertical da influência dos grupos esquerdistas, confirmada nas eleições presidenciais. Continuando o combate ideológico, o CC sublinhou a importância de atrair à luta sectores até há pouco influenciados por grupos esquerdistas.

O CC debreou de novo a sua atenção para a experiência e as lições das eleições presidenciais de 7 de Dezembro e confirmou a tese de que essas eleições revelaram a existência de uma vastíssima e maioritária camada social e político de apoio potencial a uma viragem democrática e a uma política democrática.

A este respeito, é de salientar a influência e o papel já revelado dos independentes na vida política nacional e a importância do aparecimento de novas estruturas e movimentos unitários que traduzam a nova situação criada com as presidenciais.

A unidade das forças democráticas adquire uma importância decisiva para impedir a revisão inconstitucional da Constituição e garantir as características essenciais do regime democrático, para dar combate à política da reacção e preparar a substituição do Governo «AD» por um governo verdadeiramente democrático, para assegurar a independência nacional e uma política externa de paz e amizade com todos os povos.

16

A ALTERNATIVA É POSSÍVEL

A situação continua sendo complexa e difícil. Esperam o povo português novas dificuldades e provações em resultado da política da «AD» instalada (embora provisoriamente) no Governo, na Assembleia da República, no aparelho do Estado, nos pontos de comando da vida económica e financeira, na comunicação social. São de prever novas tentativas desestabilizadoras e golpistas. Perigos sérios continuam a pesar sobre a democracia portuguesa.

Entretanto, depois da estrondosa derrota da «AD» em 7 de Dezembro e do fracasso do seu plano subversivo, as forças da liberdade, da democracia, do progresso social estão em condições mais favoráveis para fazer frente à reacção, para prosseguirem a luta e para provocarem finalmente uma viragem democrática na política nacional.

O CC do PCP proclama que a queda do Governo AD/Balsemão e a formação de um governo que rectifique os aspectos mais graves da sua política estão ao alcance do povo português no quadro da Constituição e das instituições.

As forças reacçãoárias estão interessadas em violar, destruir, subverter e substituir a Constituição, porque ela consagra as conquistas democráticas da revolução antifascista e confere direitos e liberdades que dão ao povo português instrumentos bastantes para defender com eficácia os seus interesses, realizar as suas aspirações e assegurar a continuidade e desenvolvimento da democracia.

São as forças reacçãoárias que actuem fora desse quadro. O povo português está vitalmente interessado em defendê-lo como âmbito essencial da vida democrática nacional.

17

REFORÇO DO PARTIDO

O CC entende oportuno sublinhar uma vez mais a realidade que os factos dia a dia confirmam de que o PCP é uma força necessária, indispensável e insubstituível para a defesa dos interesses dos trabalhadores, das conquistas da revolução, do regime democrático, da independência nacional.

O reforço do PCP é do interesse, não apenas dos comunistas, mas dos trabalhadores, de todo o povo português, do regime democrático.

No prosseguimento das conclusões do Plenário do CC de 13 e 14 de Outubro, o CC tomou algumas decisões preparatórias de medidas de fundo, a decidir na próxima reunião plenária de 13 e 14 de Fevereiro, visando o reforço do trabalho de direcção, de organização, de informação e propaganda e do trabalho ideológico.

O CC considerou como orientações gerais:

- para o reforço do trabalho de Direcção, a chamada de novos camaradas ao trabalho dos organismos executivos do CC ou para junto destes e o exame aprofundado do trabalho das DORs, incluindo a sua composição;

- para o reforço do trabalho de organização, um esforço geral para a estruturação, o funcionamento regular das células de empresas, a participação numa actividade regular de milhares de militantes que não estão nele integrados, a entrega de cartões em tempo devido e o pagamento regular da quotização, intensificação do recrutamento, em ligação com a comemoração do 60.º aniversário do Partido;

- para o reforço do trabalho de informação e propaganda, a modificação e o melhoramento do conteúdo e aspecto gráfico do «Avante!», a concretizar na comemoração do 50.º aniversário do órgão central do PCP em Fevereiro próximo; a melhoria da intervenção dos meios de comunicação social; a resposta rápida e de forma directa e incisiva aos acontecimentos quotidianos;

- para o reforço do trabalho ideológico a análise mais aprofundada dos problemas, o melhoramento de um estilo de trabalho demasiado praticista de organismos responsáveis, o reforço nos militantes de hábitos de leitura e estudo.

18

60.º ANIVERSÁRIO DO PCP

O CC decidiu que as comemorações do 60.º aniversário da Fundação do Partido em 6 de Março de 1921, se realizem sob a consigna do reforço orgânico, político e ideológico do Partido.

Será levada a cabo uma ampla divulgação da história de 60 anos de luta: do papel do PCP na resistência ao fascismo, na libertação da ditadura, na revolução portuguesa, nas transformações democráticas, na defesa do regime democrático consagrado na Constituição.

Será salientado o papel do PCP na situação política actual e no futuro democrático e socialista de Portugal.

O CC decidiu que na nova reunião plenária a realizar em 13 e 14 de Fevereiro será aprovada para ser divulgada uma resolução sobre o 60.º aniversário que indicará as linhas políticas e ideológicas fundamentais das comemorações.

Desde já o CC decide:

- A realização em Lisboa, no dia 7 de Março, de uma grande sessão comemorativa do 60.º aniversário.
- A realização de uma grande exposição sobre os 60 anos de vida e luta do Partido.
- A edição de um número especial do «Avante!» em 5 de Março dedicado ao 60.º aniversário e a publicação no «Avante!» nos próximos meses de aspectos marcantes da história do Partido.
- O lançamento de uma medalha, de um emblema e de um cartaz comemorativo do 60.º aniversário.
- A realização de iniciativas próprias pelas organizações regionais, distritais e locais.

17/1/1981

O Comité Central do Partido Comunista Português



Semana

14
Quarta-feira
1893 - Morre em Lisboa com 52 anos de idade o matemático e escritor José Falcão

O general Ramalho Eanes é empossado na Assembleia da República para o seu segundo mandato como Presidente da República Portuguesa, tendo confirmado no seu discurso a disposição de cumprir e fazer cumprir a Constituição, anunciando ainda que promoverá a sua substituição no cargo de Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) até ao final do próximo mês de Fevereiro. ■ A RTP anuncia não poder garantir o direito de tempo de antena às organizações sindicais - enquanto subsistirem divergências sobre a matéria entre a central sindical portuguesa, CGTP-IN, e a chamada «UGT». ■ O Provedor de Justiça, José Magalhães Godinho, pede a declaração de inconstitucionalidade do Decreto 183-F/80 que permite a retenção dos salários de Dezembro aos trabalhadores que não apresentarem prova de declaração do imposto complementar.

15
Quinta-feira
1847 - Nasce Adolfo Coelho, o introdutor da filologia científica em Portugal.

É assinado no Maputo, capital moçambicana, um acordo de cooperação entre o Sindicato dos Jornalistas portugueses e a Organização Nacional dos Jornalistas de Moçambique. ■ A Comissão Negociadora Sindical (CNS) do contrato colectivo de trabalho vertical da construção civil consegue um acordo com as entidades patronais do sector para um aumento salarial de 25%. ■ Os trabalhadores da Siderurgia Nacional anunciam uma paralisação de quatro horas em cada turno nos próximos dias 20 e 21 do presente mês de Janeiro, para protestarem contra a má gestão presente na empresa pública, os trabalhadores acusam nomeadamente a administração da SN de ter despendido mais de 10 000 contos na aquisição de automóveis e auto-rádios para administradores e directores e na decoração de gabinetes de gestores, enquanto distribua «surdis» e praticava arbitrariedades na admissão e promoção de pessoal.

16
Sexta-feira
1980 - Carlos Brito, em nome do grupo parlamentar do PCP, apresenta na Assembleia da República uma moção de rejeição ao Programa do Governo de Sá Carneiro.

Contradizendo afirmações de responsáveis portugueses, o presidente da Comissão Europeia, Gaston Thorn, admite em Bruxelas que Portugal só deverá entrar na CEE em 1985; entretanto, o primeiro-ministro Pinto Balsemão afirma na Assembleia da República que a entrada na CEE se concretizará até 1984. ■ O VII Governo constitucional chefiado por Pinto Balsemão inicia a apresentação do seu programa na Assembleia da República, sendo recebido com duras críticas pelo conjunto dos partidos da oposição parlamentar; a FRS apresenta uma moção de desconfiança ao Programa do Executivo. ■ A direcção do Sindicato dos Trabalhadores de vestuário do distrito do Porto insurge-se contra a generalização da prática legal dos contratos a prazo, exigindo em comunicado o cumprimento do contrato colectivo de trabalho (CCT) do sector. ■ Na sequência da apresentação por parte do Sindicato dos Jornalistas da sua quarta proposta de revisão salarial, em cinco meses de negociações, a «Associação de Imprensa Diária» (patronato) recusa formalmente a possibilidade de chegar a acordo com os jornalistas para a revisão do contrato colectivo de trabalho e insiste no pedido de «resolução» do conflito por via administrativa, através de uma portaria que fixará os salários daqueles profissionais.

17
Sábado
1979 - Na fronteira espanhola de Tuy são presos ex-agentes da PIDE implicados na posse legal de grande quantidade de armas que pertenciam ao arsenal da ex-Legião Portuguesa.

Reúne em Lisboa, no CT da Soreira Pereira Gomes, o Comité Central do PCP, onde se considerou nomeadamente que o Governo de Pinto Balsemão deverá ser imediatamente demitido se prosseguir a política inconstitucional do governo Sá Carneiro, anunciando-se ainda que o grupo parlamentar do PCP vai apresentar uma moção de rejeição ao programa do novo Governo «AD». ■ O Governo de Pinto Balsemão reduz as tarifas dos voos TAP entre o continente e as regiões autónomas, estabelecidas no passado dia 3 pelo Executivo Interinamente chefiado por Freitas do Amaral; esta redução destina-se apenas aos residentes na Madeira e nos Açores e atende reivindicações dos Governos Regionais nesse sentido. ■ Em comunicado, a CGTP-IN esclarece a questão da distribuição dos tempos de antena na RTP às organizações sindicais para 1981 e a situação de impasse que sobre ela se criou, impasse que foi provocado pela intransigência das propostas da «UGT» visando conseguir mais tempo de antena que a própria central sindical portuguesa.

18
Domingo
1968 - Morre em Silves, com 80 anos de idade, o pintor, desenhador e ilustrador Emérito Nunes, destacada personalidade no movimento renovador da arte portuguesa.

Falando a milhares de pessoas no decurso de um convívio-festa promovido por apoiantes transmontanos da sua recandidatura, o general Ramalho Eanes afirma nas Pedras Salgadas que, «ao fim destes anos, é necessário reasumir Abril» - é preciso reasumir-lo na competência, na dignidade, na tolerância e na responsabilidade. ■ Numerosas individualidades dos sectores democráticos da vida nacional participam, no restaurante da FIL, num almoço de homenagem ao professor Henrique de Barros. ■ Uma delegação do PCP constituída por Álvaro Cunhal, secretário-geral, e José Casanova, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, parte para a República Federativa da Jugoslávia a convite da Liga dos Comunistas do Jugostávia; no final da visita a delegação do PCP visitará a Grécia a convite do Partido Comunista Grego. ■ O Governador Militar de Lisboa manda arquivar todos os processos do Serviço de Polícia Judiciária Militar instaurados a trabalhadores da RTP na sequência dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975, como resultado da amnistia estabelecida pelos Art.º 1.º e 3.º da Lei 74/79, de 23 de Novembro.

19
Segunda-feira
1919 - Tentativa reaccionária, no Porto, de reinstalação da monarquia.

O Ministério das Finanças anuncia em comunicado que o Governo não autoriza o Banco Nacional Ultramarino a adquirir 66% das acções do «Banco Franco-Português D'Outre Mer»; com tal medida fica aberto o caminho para que se concretize a venda da posição acionista de Manuel Bulhosa a um grupo financeiro internacional ligado a Miguel Quina, o que circunstanciará, nomeadamente, que ficam fora do controlo da banca nacionalizada mais de 15% das remessas dos emigrantes portugueses em França. ■ É inserida no «Diário da República» uma portaria que determina que o peixe congelado deixa de estar sujeito ao regime de preços máximos.

20
Terça-feira
1568 - D. Sebastião atinge os 14 anos e assume todas as funções de monarca.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, recebe os cumprimentos do Corpo Diplomático creditado em Portugal, sublinhando no seu discurso a esperança em convívio de que «o futuro será certamente o triunfo da conciliação, da fraternidade e da paz». ■ Reúne-se pela primeira vez no Palácio das Necessidades a Comissão Organizadora do 1.º Congresso das Comunidades Portuguesas, tendo como ordem de trabalhos a aprovação do programa e do orçamento. ■ A Assembleia Municipal do Porto decide por maioria impedir a adjudicação pelo executivo camarário de parcelas de solo municipal sem prévia discussão e deliberação da assembleia.

Os Comunistas na Assembleia da República

Governo pede confiança mas não mostra nenhuma...

Um programa vago de um Governo frouxo, foi o que se apresentou a semana passada na Assembleia da República e sobre o qual os deputados se debateram num debate que hoje encerra. Duzas moções de rejeição à vista. Uma da FRS, já apresentada, outra do PCP, anunciada. Uma moção de confiança anunciada, desta vez pelo Governo que, como o anterior, parece duvidar de si próprio e necessitar que a sua maioria o confirme com solenidades.

A frouxidão do executivo que veio a São Bento apresentar as suas intenções, fazendo questão de afirmar que são intenções para quatro anos, o que toda a gente duvida, começou por manifestar-se com o discurso do próprio Primeiro-Ministro. Pouco convicto, face a uma oposição disposta a não tornar facta a futura acção do Governo, face a uma maioria cujo apoio se não revelou quente, o Primeiro-Ministro teve necessidade de invocar figuras desaparecidas para arrancar algum ânimo aos deputados do PPD e do CDS. Um discurso de generalidades, tal como o programa. Onde a expressão «libertação da sociedade civil», já proferida no discurso da posse, parece ter sido usada e abusada para

produzir algum encantamento especial. Se assim foi, falhou. Os arautos dos partidos apoiantes do Governo bem se desenharam a repeti-la nas suas intervenções. A oposição, pelo seu lado, não acreditou nas várias interpretações que lhe foram servidas.

Os apelos finais de Pinto Balsemão — que o Presidente da República não dissolva a Assembleia, que não haja eleições legislativas até 1984, que a «AD» permaneça unida —, tudo piedosos votos que a vida demonstrará se vão ou não concretizar-se, acabaram na solicitação final de um voto de confiança.

A continuidade

As intervenções que se seguiram e que produziram nesse primeiro dia mais de cem perguntas ao Governo, provaram não apenas que este Programa apresentado é o mais vago de todos quantos os deputados já apreciaram, como também que os ministros não se mostraram muito dispostos a esclarecê-lo e a trocar por miúdos as suas intenções. Estes

são, contudo, bem claras: trata-se de prosseguir uma política já repudiada pela maioria dos portugueses, trata-se da continuidade de um projecto que fracassou e agora se tenta ressuscitar e vender como novo.

A intervenção de Veiga de Oliveira, que publicamos, salientou os aspectos mais gravosos dessa continuidade de que o actual Primeiro-Ministro se reclamou, de que se reclamaram depois os ministros que se lhe seguiram no uso da palavra durante o debate e aos quais se vieram a colar as intervenções dos deputados da maioria, num coro que promete aos portugueses a continuação de uma política virada, como a do anterior governo, contra os direitos e interesses dos trabalhadores, contra as liberdades e direitos dos cidadãos, virada para uma crescente dependência dos interesses dos monopólios que governam a CEE. Não foi por acaso que, a cada passo do discurso de Morais Leitão, hoje ministro das Finanças e do Plano, as referências à entrada na CEE e às «adaptações necessárias» da nossa economia ao Mercado Comum Europeu, sublinhavam os planos de um ministro que desistiu de «tratar da saúde» dos portugueses para agora lhes ir tratar dos preços e dos salários...

Um governo fantasma que é a sombra da «AD»

O discurso agora proferido, na sequência das linhas de acção enunciadas aquando da tomada de posse, confirma plenamente que o Executivo se propõe prosseguir a política antidemocrática do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, não se distinguindo pela originalidade o Primeiro-Ministro reclama-se da «continuidade» e nem o discurso, nem o Programa permitem qualquer expectativa benévola ou qualquer ilusão sobre a sua acção governativa.

Entre um amontoado de eufemismos, flores de estilo e tautologias bem sonantes, o que o Governo promete e anuncia é:

- a revisão de facto e unconstitucional da Constituição;
- a tentativa de lançar sobre os trabalhadores as consequências da crise internacional e das dificuldades internas;
- o prosseguimento da operação de integração de Portugal na Europa dos monopólios;
- a continuação da ofensiva contra os direitos e interesses dos trabalhadores;
- a continuação, nas novas condições decorrentes das eleições de 7 de Dezembro, da grande operação de subversão do regime democrático saído do 25 de Abril.

Não há belas frases que possam ocultar estes propósitos. E o Programa é disso clara demonstração. E assim que atribuem todas as dificuldades que o País enfrenta à Revolução, é assim que se responsabilizam a Revolução pelas contradições sociais, entre forças políticas, entre cidadãos.

A Revolução é culpada de todas as dificuldades presentes e futuras.

Para usar uma expressão popular, dizemos que cospem na sopa que comem! Porque se aqui estão governando precisamente a Revolução!

Em matéria de Comunicação Social este Governo começou mal. Reconstituiu a Comissão de Carvalho (em RTP) e declarou querer transformar a SECS em comissão liquidatária dos órgãos de Comunicação Social do Estado. Confinada a emissão, pois a continuidade da fundamental da prática do Governo anterior:

- a manipulação e o controlo partidário e a censura (bem personalizada em Proença de Carvalho);
- o ataque às empresas públicas, a tentativa de destruir os OCS constitucionais e legalmente sujeitos a controlo democrático e obrigados a assegurar o pluralismo e a independência informativas.

Em matéria de habitação o que nos promete o governo? A ameaça da Lei das Rendas, a confusão permanente entre MHOOP e as autarquias locais na política de crédito que dificulta cada vez mais a aquisição de habitação própria. É a especulação imobiliária e o desastre da recuperação de imóveis velhos e degradados, o não apoio às cooperativas de habitação.

Se isto somarmos a aplicação de uma Portaria que veio agravar brutalmente as rendas das chamadas habitações sociais, diremos que o Programa do Governo no campo da habitação anuncia

o agravamento das condições e «qualidade de vida dos portugueses», de que o Governo hipocritamente fala. Quanto à saúde é clara a intenção farisaica do novo governo AD em continuar a política legal, e unconstitucional, da ociosidade e do cumprimento de uma Lei da Assembleia, a Lei do Serviço Nacional de Saúde.

Depois de um ano de promessas, propagações quando nem projectos eram, eis que chega aqui também a factura da AD: nos Serviços Médico-Sociais aumentos de 300 a 400% nas taxas de consulta, e o pagamento de radiografias, análises e tratamentos de recuperação funcional até aqui gratuitos.

Moderar o consumo na utilização dos serviços médicos das Caixas, e assim melhorar o seu funcionamento, é para AD e seu governo afastar por um lado, os que podem recorrer à medicina privada, pois pagar por pagar sempre se tem direito a uma saúde, enquanto se espera. Por outro, sacrificam-se (ainda mais) milhares e milhares de trabalhadores e suas famílias, para quem já não há mais dinheiro para pagar os custos de uma doença e agora é de todo impossível.

Não é isto um atentado à saúde do povo português, senhor Primeiro-Ministro? No terreno económico o Programa e a fala do Primeiro-Ministro anunciam também o prosseguimento e o agravamento da política do Governo da AD.

A inflação falada lá contra a inflação é disso um exemplo típico. Os portugueses continuam a sofrer. A inflação continua artificialmente com fins eleitorais até próximo das eleições de 7 de Dezembro, seguida dos efeitos bruscos e generalizados aumentos verificados a partir dessa altura.

É curioso notar o carácter mistificador das promessas e actualização do 1.º Governo AD que este promete continuar. Assim, se tivermos em conta a inflação verificada entre o decorrer da apresentação do Governo Sá Carneiro e a data homóloga deste ano - 13 de Janeiro - verificamos que a inflação (bem personalizada em Proença de Carvalho) é muito superior aos números anunciados a badalados repetidamente pelo Governo.

Amemos que se pretenda que este Governo recomeça com a folha limpa e que os aumentos são devidos ao Governo de transição chefiado por Freitas do Amaral. Mas estes Governos prometem intensificar a concorrência e reforçar o apoio ao grande capital, reduzindo simultaneamente ou liquidando mesmo o sector nacionalizado. Vender o património público como forma de «atenuar as dificuldades financeiras». Mas pensem-se, porque nem o PPD e o CDS, nem o próprio primeiro-ministro seria simplesmente entregue contra títulos de indemnização se realizáveis a prazo de muitos anos.

Ainda gostaria que o Primeiro-Ministro esclarecesse o que pretende com o restabelecimento sem limites das regras do mercado. Já que, se assim fosse,

o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

Protestos e solidariedade

No único dia de trabalhos que medeu entre a tomada de posse do Presidente da República e a apresentação do Programa de Governo - quinta-feira passada - a Assembleia reuniu com uma ordem do dia que não chegou a esgotar, como vem sendo hábito, ganhando assim maior peso as declarações políticas do que os próprios debates sobre a legislação a aprovar.

Foi um dia marcado, principalmente, pela apresentação de um voto de protesto contra as violências e a repressão que sobre o povo daquele país, voto apresentado pela deputada comunista Alda Nogueira, que expressa ainda a solidariedade para com a luta do povo de El Salvador pela conquista das liberdades democráticas. A gravidade da actual situação que se vive em El Salvador - disse Alda Nogueira - leva-nos a vir hoje aqui colocar algumas questões que se prendem com a luta do povo salvadoreño pela sua libertação da oligarquia reacção e desde 1931, com o apoio directo ou indirecto dos Estados Unidos, tem explorado, oprimido e reprimido da forma mais desumana o heróico povo deste país da América Latina.

De facto - disse - trata-se de um documento mal fundamentado, canhestamente concebido e em má hora realizado, referindo factos não averiguados e que são até objecto de inquérito ainda em curso. Por outro lado, a banalização de actos como

este, por parte desta Assembleia, não é certamente a melhor forma de prestigiar um órgão de soberania no qual as decisões deveriam ser sempre devidamente ponderadas e assumidas. Depois de o deputado do CDS, Krus Abecasis, aproveitando a despedida, por um ano, que dirigiu à Assembleia, ter dissertado em papel timbrado da Câmara Municipal de Lisboa, sobre as «estruturas anquilosantes e pelas burocráticas» que pesam sobre as administrações locais, referindo-se de passagem às Finanças Locais como «um contra-senso ou um desperdício», sem uma lei que defina as responsabilidades do poder local, entrou-se numa breve hora ecológica: o PSD falou da poluição do Rio Minho em tons críticos, que levaram alguns deputados a perguntarem-se se a «AD» não queria tomar medidas quanto à situação daquele curso de água; por seu lado, um deputado do PS preocupou-se com a questão da energia nuclear, arrancando aplausos aos homens do PPM. Declarações de voto sobre os

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

exercícios académicos e que o desenvolvimento económico do País não necessita de mais bancos, mais companhias de seguros, mais empresas cimenteiras ou siderúrgicas. Os que existem são suficientes. Apenas necessitam que o Governo as não boicote, lhes não impeça os investimentos, lhes não reduza discriminatoriamente o crédito. Necessitam que o planeamento seja uma realidade, que os planos deixem de ser puros

O «Avante!» na Siderurgia em greve

As nacionalizações não são um vago ideal que só se defende em palavras

- São milhares de trabalhadores mobilizados
- São força política e sindical para opor à «AD» e aos seus projectos

Aparentemente, um local de trabalho parado (os motivos se verão a seguir) não surgiria a ninguém desprevenido como mais interessante, mais digno de ser visto, do que em laboração. É razoável. Mas a Siderurgia Nacional, hoje Empresa Pública (EP), não é apenas uma fábrica de momento em greve.

Quem todos os dias ou noites, conforme os turnos se sucedem, pisa, respira e engole algum daquele pó escuro que cobre mais de 3Kms de extensão em Paio Pires, quem trabalha nos seus escritórios, quem mostra um refectório como se fosse parte da casa que é sua, não deixa que esse local de trabalho pare completamente.

Foi assim e o «Avante!» viu na última segunda-feira de manhã, entre as 8 e as 12, no primeiro turno de paralisação desse dia. Assim voltou a acontecer nos outros turnos da greve parcial da Siderurgia que terminou hoje à 4 da manhã.

José Rodrigues Carvalho Osório, operário, 29 anos, 5 de casa, membro da CT, que nos acompanha na reportagem, confirma conosco que as nacionalizações não são um vago ideal que só se defende em palavras.

Foi a prática dessa defesa democrática, e de outros objectivos também, que vimos na Siderurgia em greve. Naturalmente que diremos porque.

Que a greve tem objectivos políticos está fora de questão. Defender a Siderurgia nacionalizada é um objectivo político. O mesmo se passa com a defesa do controlo de gestão e com o cumprimento da Lei das CTs, designadamente no que respeita à tomada de posse do gestor-eleito pelos trabalhadores.

Ao confirmar estes objectivos da paralisação, Carvalho Osório lembra os outros e, sem prioridades, vai enumerando uma série de objectivos económicos e financeiros, todos no sentido do progresso da empresa, da defesa dos postos de trabalho e dos direitos constitucionais dos trabalhadores.

O despoletar da luta

Em 13 do corrente um plenário de trabalhadores da SN/EP aprovou por unanimidade uma proposta dos seus órgãos representativos (CT e Comissão Inter-sindical) marcando para terça e quarta-feira, dias 20 e 21, 4 paralisações de 4 horas num total de 16 assim distribuídas: turnos,

com números tão grandes, dir-se-á que são mais de 9 mil e 300 contos — uma bagatela!;

Antes que o tribunal o faça — continuamos a citar os órgãos representativos dos trabalhadores — o CG decide mandar pagar os «envelopes mistérios» referentes a 1974, aos que nesse ano, pelo bom trabalho prestado, foram indicados para os receber. Os trabalhadores consideram essa atitude «escandalosa». Afirmaram-no publicamente através dos seus órgãos representativos, em conferência de imprensa na última segunda-feira, salientando que, em 1974, cerca de 98 por cento desses trabalhadores escolhidos para receberem as gratificações assinaram um documento onde expressaram, de sua livre vontade, abdicar desses valores em benefício da criação de um Fundo Social.

Trata-se apenas de alguns motivos da greve. Outros há de igual ou maior alcance, como sejam a promoção discriminatória de trabalhadores contra o disposto no ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) em vigor na empresa que não é respeitado pelo CG ainda em outros casos da mesma gravidade, como cortes de ordenados e classifi-

Carvalho Osório da CT explica e mostra alguns documentos. Parte deles já nos serviram aqui. Mas há um, uma simples lista de 12 associações sindicais que decretaram a greve. Entre elas estão alguns dos maiores sindicatos e federações do País, com sede em Lisboa, em Setúbal e no Porto. (A SN/EP tem, como é sabido, uma fábrica na Maia, que aderiu à paralisação). De registar é que nessa lista estão representados trabalhadores administrativos filiados em associações sindicais com direcções da UGT.

De qualquer modo... Carvalho Osório mostra-me as encomendas por levantar.

Vejo toneladas e toneladas de varão, de laminados de vários tipos a perder de vista, numa extensão enorme. Refere a falta de agressividade do CG no mercado. Insiste no problema da comercialização enquanto visitamos a aciaria, o alto forno, a coqueria, a laminagem, enquanto por todo o lado os trabalhadores almoçam a tempo de pegarem ao meio dia, fim do primeiro turno de paralisação. Diz, enquanto saúda vários companheiros que vêm ter conosco, que o conselho de gerência reduziu em 20 por cento a produção de chapa ondulada e galvanizada. E acentua sobretudo o escandaloso contrabando de produtos siderúrgicos a coberto de uma falta de controlo total dos BRIs (Boletins de Registo de Importação), falta essa, claro, de que ninguém tem provas e muito menos o conselho de gerência. Daí menos encomendas, varão e outros produtos por levantar. Daí postos de trabalho em risco, nacionalização em perigo, mobilização dos trabalhadores, paralisação praticamente total durante a greve.

A força do Partido

A força dos trabalhadores comunistas, a força do partido está presente em toda a fábrica onde durante cada turno paralisam em média 1100 trabalhadores.

A forma como o «Avante!» é recebido nas secções, designadamente na laminagem, no refectório central, na aciaria, e durante os trajectos entre secções assinala bem o significado da paralisação que, apoiada numa base económica e laboral, aponta indiscutivelmente para a defesa das conquistas democráticas, para a maior segurança e defesa consequente das nacionalizações.

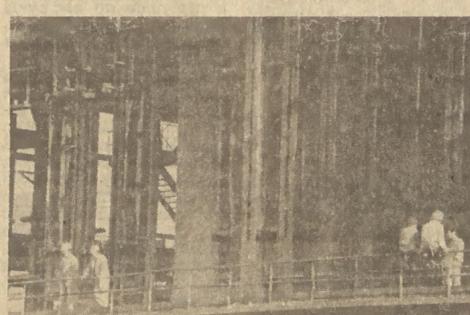
O Partido não decreta greves. Constitucionalmente, essa função pertence ao movimento sindical. Mas, regressando ao que dissemos na abertura da reportagem, os trabalhadores que contactámos não paralisam para trabalhar menos (a crise da Siderurgia foi em parte ultrapassada graças ao seu esforço nunca negado) mas para exigir que sejam corrigidos erros graves de gestão, para recusarem firmemente a política «AD» para as empresas nacionalizadas, para defenderem, afinal pela raiz, os seus direitos e interesses directos e contribuir, ao lado dos restantes trabalhadores, para o prosseguimento de Abril e da democracia.



Na laminagem donde saem as peças mais delicadas



Toneladas de varão por vender



Na coqueria, entre fornos imensos que mesmo parados são uma imagem perfeita das duras condições do trabalho siderúrgico em todas as suas fases



Aquecendo o almoço no primeiro turno de paralisação



8 às 12 e 16 às 20; horário normal, 8 às 12 e 9 às 13. As trabalhadoras da limpeza pararam das 7,15 às 10,30 e das 17 às 17 e 45. Ontem, quarta-feira, a paralisação abrangeu apenas a madrugada já de hoje entre a meia noite e as quatro da manhã. A luta é despoletada pela «má gestão». Segundo a proposta, que enumera vários actos do conselho de gerência, essa «má gestão» põe em causa «não só a nacionalização da SN/EP», mas ainda «a sua estabilidade social e económica com reais reflexos na economia nacional».

Essas palavras podem parecer vagas, pouco precisas, mas aí vai a realidade que as sustenta e dá como garantias.

Nomeadamente: Quando centenas de trabalhadores executam as suas funções sofrendo o desgaste físico e psíquico provocado pelas más condições de trabalho, o Conselho de Gerência (CG) manda decorar meia dúzia de gabinetes duma maneira faustosa e gasta com isso para cima de 3000 contos;

Decide comprar 15 carros com respectivos rádios, leitores de cassetes e sistemas antifurto para uso pessoal com gasolina paga pela empresa — total que custou aos trabalhadores 9310357 escudos. (Para quem não está familiarizado

cação em outras categorias, o não cumprimento das decisões da comissão de higiene e segurança, a não alteração dos horários como se decidiu no ACT, a «anarquia» nas admissões tendo a «cunha» como base, «de uma maneira descarada e escandalosa», falta de transportes e horas extraordinárias.

Quanto a estas, os trabalhadores afirmam que «são uma autêntica luta para o oportunismo». E citam o exemplo de «uma trabalhadora» a quem a empresa permitiu, já depois de demitida, que viesse fazer horas a um sábado e que haja alguns a levar 50, 60 e até 70 contos por mês só em horas extras.

Reivindicações imediatas

As reivindicações imediatas dos trabalhadores da SN/EP decorrem do que foi dito.

— Mas justificam só por si 20 horas de paralisação, embora intermitentes e com um mínimo de prejuízo para a empresa, quando esta, por exemplo, não consta da lista (não muito exaustiva, é um facto) da União dos Sindicatos de Lisboa sobre a situação social nas empresas do distrito onde há mais problemas?



Parados também como os trabalhadores que protestam contra o desperdício que, entre outros representa, a despesa sumptuária com carros de alto preço para serviço pessoal dos membros do conselho de gerência da Siderurgia, eis três dos 11 exemplares (há mais quatro ainda mais caros) que custaram com apetrechos e acessórios a bagatela de 9310357\$00. Será excessivo — pergunta-se — reivindicar nos termos da proposta aprovada em plenário que «em todos os carros da empresa seja colocado, no seu exterior, o emblema da SN-EP; que os carros da empresa fiquem nos fins de semana nas instalações da mesma; que seja dado conhecimento por escrito à Comissão de Trabalhadores, mensalmente, de todos os quilómetros andados e litros de gasolina consumidos?»

Fusão no comércio Novo sindicato para todo o Sul

No desenvolvimento de um processo de fusão sindical que abrange já grandes ramos de actividade, os trabalhadores do comércio da região Sul tinham marcado para o último domingo em Almada o início de uma série de reuniões que, segundo mapa divulgado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal, terminarão em Santiago do Cacém e Sines, em 4 de Fevereiro próximo.

O debate iniciado em 28 de Junho do ano findo em Évora pelo Plenário da Federação do sector entra agora numa fase mais intensa. Através da mobilização e do esclarecimento, esse debate vai exigir um redobrar de esforços da parte dos Sindicatos a abranger pela fusão, designadamente os de Santarém, Setúbal, Évora, Beja e Faro. No último plenário convocado para tratar do assunto foi recomendada a integração do Sindicato de Portalegre no processo de fusão.

Para 14 e 15 de Março próximo está previsto um congresso. Entretanto, vai ser incentivado dentro da própria Federação um grupo de trabalho com representantes de todos os sindicatos envolvidos e do secretariado da Federação que procederá ao «levantamento da situação específica de cada Sindicato, coordenará e dinamizará o trabalho de esclarecimento, analisará a compatibilização dos serviços técnicos e elaborará o projecto de estatutos a submeter à discussão dos trabalhadores na sequência das orientações do congresso, no caso de as delegações dos Sindicatos defenderem no congresso a criação do novo sindicato» que passaria a abranger todo o sul do País.

Água e luz mais caras no Porto

Um plenário distrital de sindicatos, reunido na última sexta-feira no Porto, depois de condenar em termos muito firmes e combativos a «AD e os seus apoiantes capitalistas e patronais», designadamente em relação à «fúria galopante dos preços», considera preocupante a tentativa da Câmara «AD» para reaver as tarifas da água e sobretudo da electricidade no Porto. Os sindicatos, que decidiram opor-se por todos os meios legais incluindo a luta, «a este ataque ao poder de compra e às condições de vida dos trabalhadores», reafirmam mais uma vez a importância do reforço da unidade e do isolamento cada vez maior dos promotores do divisionismo instalados na UGT.

A AD e os seus apoiantes capitalistas e patronais — salienta o comunicado final — promovendo através de todos os meios ao seu alcance, nomeadamente da comunicação social, a organização divisionista UGT, e incentivando o aparecimento e o desenvolvimento da sua acção de tração, pretende, com os olhos no congresso da UGT e no falado pacto ou contrato social AD/UGT, impedir e prejudicar a luta e a resistência dos trabalhadores na defesa dos seus direitos e interesses.

«AD» à pesca de novos Tenreiros

Ao protestar alertando todos os trabalhadores do sector «para as negociações que a comissão de gestão da SNAPA prepara para arruinar a empresa e lançar os trabalhadores no desemprego», o Organismo das Pescas do PCP vem recordar a tentativa de vender os três navios congeladores ao capital privado, conforme pequenos anúncios publicados no «Diário de Notícias» de 22 de Dezembro do ano findo, e reafirmar que esses mesmos navios não estão parados, «tendo operado regularmente na pesca».

Os trabalhadores comunistas acrescentam que «a frota pesqueira esteve paralisada cerca de 4 meses devido à inércia do Governo «AD», o que só por si originou prejuízos de milhares de contos para o sector».

Depois de relacionar directamente a actividade da comissão de gestão da SNAPA com a do secretário de Estado das Pescas, João Albuquerque, o Organismo afirma que as perspectivas que comissão e secretário colocam às pescas nacionalizadas é pura e simplesmente a ruína, criando condições à entrada do capital privado no sector e consequentemente o aparecimento de novos Tenreiros nas Pescas.

A preocupação pela defesa dos postos de trabalho é patente em todo o documento do Organismo que faz um apelo «ao reforço da unidade nesta fase difícil em defesa do direito ao trabalho» e do sector nacionalizado das Pescas que não vai melhorar com a venda dos navios, como pretende fazer a comissão de gestão e o Governo.

O Organismo das Pescas do PCP recorda ainda que as promessas eleitorais de pagamento de salários a tempo e horas continuam por cumprir e que não são as tentativas para vender os navios que se destinam a «criar condições de recuperação da empresa». O objectivo é arruinar a SNAPA e lançar os trabalhadores no desemprego, conclui o comunicado do Organismo dirigido a todos os trabalhadores da empresa e do sector.

Tempo de antena para os Sindicatos ou como a direita «vê» a representatividade

O problema é apresentado como se a CGTP-IN e a UGT afinassem pelo mesmo diapasão. Diz a direita e a sua «comunicação social», incluindo rádio e TV: as «duas centrais» (assim ou por outras palavras com o mesmo sentido e vontade de confundir) não se entendem, ou não se entenderam, quanto à distribuição dos tempos de antena na televisão. Quem está mal informado, ou não se preocupa, ou ouve sequer coisas destas, pensa imediatamente que é mais um caso de «domínio» do movimento sindical pela Inter, que esse movimento não é independente, que... «correia de transmissão»... que, que... como a TV costuma informar para logo esquecer, mas para ficar a dose suficiente de mentira que chegue para o fim em vista. Assim foi tratada pela direita a falta de entendimento entre a Inter-sindical e a UGT quanto aos tempos de antena a distribuir, pela TV ao movimento sindical.

A CGTP-IN explica com paciência

Afinal e em resumo o que se passou verdadeiramente foi que, num encontro onde não estavam apenas representantes da CGTP-IN e da outra associação directamente interessados, mas também de outros Sindicatos (Administração Local, Engenheiros do Sul, Paramédicos) e além dos representantes da administração da RTP, ainda as Federações de Sindicatos Portuários e dos Trabalhadores de Escritórios e Serviços, a UGT avançou com uma proposta segundo a qual seria primeiramente acordado o tempo para cada uma das organizações, que não ela nem a CGTP-IN, na base de 60 e 30 segundos, respectivamente para o STAL (Administração Local), as duas Federações e os restantes Sindicatos, e que o tempo remanescente seria dividido, em partes iguais para a UGT e para a CGTP-IN.

A CGTP-IN contrapôs a fórmula que vigorou no ano de 1980, isto é, na base da relação de 33 minutos para a CGTP-IN e de 23 para a UGT, fazendo realçar que tal proposta, não correspondendo nem de perto nem de longe à verdadeira representatividade da UGT, visava a efectiva utilização do direito de antena por parte das organizações sindicais.

A «efectiva» utilização era «inegociável»

«A UGT, salienta a CGTP-IN, respondeu que a sua proposta era inegociável».

Depois de acrescentarem que, «embora não tivessem comparecido, manifestaram o desejo de exercerem directamente o direito de antena o Sindicato dos Engenheiros do Norte, o dos Adidos da Função Pública do Porto, o Sindicato Nacional dos Maquinistas e o dos Transportes Colectivos do Porto», os representantes da CGTP-IN concluem que, se a proposta da UGT fosse aceite «teria como consequência que esta minúscula organização — quando comparada em termos de representatividade com a CGTP-IN — viesse a ter mais tempo de antena que a Confederação Sindical portuguesa já que a FETESE (Escritórios do Sul), o Sindicato dos Engenheiros do Sul e do Norte e o dos Adidos da Função Pública do Norte, que nela (UGT) são filiados, também tinham tempo de antena».

Seria assim deixado fora o princípio da representatividade claramente consagrado na Lei da Televisão.

Confrontada com esta situação, a CGTP-IN «propôs que se desse cumprimento ao estipulado na Lei e que, para tanto, a RTP convidasse todas as associações sindicais a candidatar-se, de per si, ao princípio do direito de antena até 31 de Janeiro de 1981».

Contra os despedimentos e repressão nas empresas

Desde o simples protesto público à greve, passando pelo recurso a todas as formas legais de reivindicação e luta, os trabalhadores organizados não desarmam perante o assalto do Governo e do patronato mais reaccionário que actua por todo o País recorrendo ao despedimento colectivo, ao despedimento de membros de comissões de trabalhadores e de responsáveis sindicais e à recusa injustificável de aumentar os salários para cobrir pelo menos os últimos assaltos à bolsa de quem trabalha. Desde Nazaré a Portimão, desde as conservas a electrónica, passando pela metalurgia e pelas confecções, são milhares de trabalhadores e trabalhadoras que vêm os seus postos de trabalho em perigo ou a desaparecerem de um dia para o outro.

Na Nazaré, é a Algarve Exportador que decide fechar a fábrica. 123 trabalhadores desempregados reclamam, juntamente com o Sindicato, contra o encerramento (lock-out) ilegal. O PCP, através da comissão de freguesia apoia a luta das conservas no desemprego, como tem sucedido e sucede com as outras lutas conduzidas pelo movimento sindical.

Nas Caldas da Rainha, outro lock-out. A Audio-Magnética, das cassetes, com um passivo de mais de 350 mil contos, não paga salários desde Novembro. Quase 500 trabalhadores, mulheres na sua maioria, estão sob a ameaça do desemprego e da fraude. Segundo conferência de imprensa, «a facturação vendida, efectuada nos escritórios de vendas no estrangeiro, ascende a dezenas, senão centenas de milhares de contos. Essas quantias não foram nem serão, segundo o controlador financeiro europeu da empresa (trata-se de uma multinacional) transferidas para Portugal».

Em Portimão, Setúbal, Sines, Peniche e Matosinhos, a maior empresa de conservas de peixe do país, a Júdice Fialho, que emprega 1200 trabalhadores, na maioria mulheres, a Júdice Fialho, que nos últimos anos se tem destacado no nosso mercado exportador, está em saldo. Intervencionada desde 1975, está em vias de ser comprada muito abaixo do seu valor por elementos que foram nomeados pelo Governo «AD», em Agosto findo, para a comissão administrativa da empresa. Os três interessados no «negócio» são os srs. Jorge Cunha, Adolfo Brito e José Magalhães. Recuperada economicamente graças à intervenção do Estado, a Júdice Fialho, com um património que deve valer uns milhões de contos e cujas dívidas principais são de 150 mil contos ao Banco Nacional Ultramarino e 90 mil contos ao Banco Espírito Santo (BESCL) vai agora parar às mãos do grande capital privado sem garantias para os trabalhadores, correndo o risco da «adaptação» à CEE, a «última» que os grandes capitalistas inventaram para tentarem delimitar pelo caminho direitos essenciais dos trabalhadores portugueses.

No Porto, o patrão francês da Corfams — Empresa de Confeções não pagou ainda os salários de Dezembro e o 13.º mês e ameaça encerrar a empresa. Cerca de 600 trabalhadores, mais uma vez mulheres na sua grande maioria, dependem da vontade «europeia» do sr. Max, proprietário da Corfams e principal accionista de uma firma francesa do ramo que só em 1979 arrecadou lucros superiores a 36 milhões de francos franceses.

Em Lisboa, enquanto se prepara para o próximo dia 29 um plenário de empresas com conflitos ao nível do distrito, a Comportel ameaça despedir a Comissão de Trabalhadores. Os processos disciplinares já foram instaurados. Motivo: o exercício do controlo de gestão que os administradores entendem como ingerência num domínio que consideram reservado, isto é, as condições de vida da empresa e a respectiva participação dos trabalhadores.

Na Standard/ITT de Cascais (outra multinacional, esta tristemente célebre) os trabalhadores que não levantaram o cheque do despedimento sobreviveram devido à solidariedade que acompanhou sempre a sua luta. 142 dos 212 despedidos (200 mulheres) receberam a indemnização. Mas muitas dessas trabalhadoras não abandonaram, por isso, a luta pelo cumprimento do acórdão do Supremo que manda reintegrar todos os despedidos. Segundo o Sindicato (SIESI) maioritário na empresa, mesmo quem levantou o cheque terá direito à reintegração na Standard Eléctrica onde foi afastado ilegalmente com a cobertura do Governo anterior.

12.º ano da escolaridade (ex-Propedêutico): Nem uma linha sequer no programa do Governo!...



Produzido do improviso, imagem do eleitoralismo, reflexo da política inoperante e demagógica da direita no Poder, que futuro está reservado para o 12.º ano da escolaridade? Que ideias têm os responsáveis do Ministério da Educação para resolver os graves problemas que se vivem actualmente no 12.º ano? Que estatuto lhe está reservado no quadro do Ensino no nosso país? Que saídas profissionais garante? Que certezas dá para o ingresso na Universidade? Quando é que o 12.º ano vai realmente funcionar, com professores, materiais de apoio, instalações condignas, pessoal administrativo suficiente, etc.? Os estudantes, mais do que nunca, têm que reforçar a sua unidade e avançar firmemente com a luta. Com eles estão as forças democráticas mais consequentes, está toda a massa estudantil!

JCP toma posição: um escândalo que a «AD» tenta fazer esquecer

Parece mentira, amigo leitor, mas é mesmo verdade. O Governo Balsemão foi à Assembleia da República apresentar o seu programa e nem uma linha sequer fala dos problemas do 12.º ano da escolaridade.

O 12.º ano foi lançado no ano transacto pela «AD» sem qualquer debate prévio entre os sectores mais directamente ligados ao Ensino Superior e Secundário; ainda hoje se desconhecem os objectivos e os parâmetros do 12.º ano; os seus currículos aparecem completamente desenquadrados; as poucas escolas previstas para o seu funcionamento (localizadas apenas nas capitais de distrito, com as consequências que estão à vista...) debatem-se com enormes problemas, como sucede, por exemplo, nos três estabelecimentos criados exclusivamente para o 12.º ano em Lisboa (Algés, Olivais e Cidade Universitária); para efeitos profissionais, desconhece-se ainda qual a importância do 12.º ano (é

preciso para a conclusão do curso secundário?); decorridos três meses e meio sobre o início do ano lectivo milhares de alunos do 12.º ano continuam sem professores (sobretudo dos cursos nocturnos), sem livros e outros materiais de apoio, enquanto nas escolas reina a mais angustiante desorganização (obras por acabar, falta de pessoal administrativo, etc.).

O Governo do sr. Balsemão omite tudo isto. Das duas uma: ou esta é a política da «qualidade de vida» proposta pelo actual Primeiro-Ministro, ou então o sr. Vitor Crespo, responsável pela pasta da Educação, ficou muito aquando da feitura do programa do novo executivo «AD»...

Uma grande burla — comenta a JCP

Sobre o assunto, a SIP central da Juventude Comunista Portuguesa divulga há dias uma nota em que sublinha que a discussão na Assembleia da República sobre o programa do Governo toma mais clara a realidade existente e as perspectivas (se as há) de resolver o que o próprio Governo reconhece como a sua grande dor de barriga — o 12.º ano.

E mais adiante:

«A não inclusão, no seu programa, de referências claras à situação existente é uma prova mais da demagogia da «AD» e sobretudo da incapacidade que o Governo e o MEC demonstram em superar as dificuldades que eles próprios criaram».

Os estudantes comunistas retomam seguidamente alguns

aspectos preocupantes quanto ao perfil do 12.º ano:

«O lançamento deste novo ano escolar, que substituiu o Ano Propedêutico, colocou na ordem do dia interrogações a que o Governo ainda não respondeu devidamente: a ilegalidade da sua criação sem auscultação da Assembleia da República; a indefinição legal dos alunos que completam os 11.º e 12.º anos; as múltiplas discriminações de ordem social, económica e mesmo geográfica que os moldes em que ele foi lançado determinam».

No primeiro plano das apreensões de professores, estudantes e famílias, salienta a JCP, encontramos hoje, já em pleno segundo período lectivo, o panorama do funcionamento desta «grande inovação «AD» para o Ensino». Ele apresenta-se com toda a sua cruza: o lançamento do 12.º ano assume as proporções de uma grande burla, com que se jogou impunemente o futuro de milhares de jovens.

Imagem clara do improviso, o 12.º ano tem também a sua «história». Em 1976 o dirigente socialista Sotomayor Cardia lança o Ano Propedêutico, «leccionado» pela TV. Foi um

gigantesco fracasso, que prejudicou milhares de alunos. As proporções do desastre foram tais que algum tempo depois até a direita (recorde-se que o PPD e o CDS apoiaram Cardia e o seu Propedêutico) se viu obrigada a manifestar a sua oposição a tão aberrante iniciativa. O ano passado, numa vasta manobra política de objectivos eleitoralistas, a «AD» decide acabar com o Propedêutico e anuncia em todo o lado a criação do 12.º ano da escolaridade, terminando assim o «horror» do Propedêutico. O que se passou depois é do domínio público: desorganização a todos os níveis.

Os erros pagam-se caro. E a factura, essa vai para os milhares de alunos e respectivas famílias, que vivem agora um ambiente de frustração e de incerteza quanto ao futuro.

«Tal como a JCP previu», lê-se no documento que temos vindo a citar, «o lançamento do 12.º ano criou um poço sem fundo de problemas, que agora, a meio do ano lectivo, o Governo não consegue resolver».

Unidade firme para defender o futuro

«Milhares de estudantes, sobretudo dos cursos

nocturnos, continuam sem aulas na maioria das disciplinas; mantêm-se as condições degradantes das instalações; faltam os livros e outros materiais de estudo; a desorganização reina nos serviços; a colocação dos alunos por turnos é feita sem atender às suas disponibilidades», denunciam os estudantes comunistas.

Entretanto, outras interrogações surgem entre os alunos do 12.º ano. Por exemplo: será que o Ministério está na disposição de manter os seus projectos face à avaliação de conhecimentos e aos critérios de entrada na Universidade?

Há que esclarecer os estudantes e a opinião pública em geral. Há que denunciar vigorosamente as consequências desta política, como, aliás, fez o deputado comunista Veiga de Oliveira no hemiciclo de S. Bento.

«A JCP está certa», diz a finalizar o documento divulgado pela SIP central da organização, «de que a imensa maioria dos estudantes do 12.º ano não abdicarão da defesa intransigente dos seus direitos. A sua unidade e a sua luta imporão as soluções que minimizem as consequências da situação existente».

Os estudantes comunistas e as próximas eleições na Universidade

Três objectivos fundamentais

Gestão democrática e autonomia universitária são neste momento temas fundamentais no quadro da acção estudantil no Ensino Superior. E compreende-se que assim seja. Na verdade, está em jogo o futuro da instituição universitária, o seu funcionamento, a sua estrutura. Está em jogo o papel dos estudantes na vida democrática das escolas.

Ào aproximar-se mais um período eleitoral para os órgãos de gestão, maior destaque e actualidade ganham aqueles temas, infelizmente alvo de uma abordagem incorrecta na grande maioria dos órgãos de Comunicação Social.

O que tem sido o trabalho daqueles órgãos, o que ensina a experiência de três anos de decreto Cardia, quais as tarefas prioritárias do movimento associativo e estudantil, qual a responsabilidade dos estudantes comunistas em todo o processo — estas algumas das interrogações que mais motivam uma profunda reflexão e análise no âmbito do sector universitário da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), que, entretanto, realizará brevemente uma importante Conferência Nacional sobre o Ensino Superior.

Numa publicação especialmente dedicada a essa iniciativa — o jornal «Em Debate» — o militante comunista Miguel Portas, que acompanha de muito perto a actividade universitária, assina um artigo («A questão da unidade») onde a dado passo sintetiza os três principais

objectivos dos estudantes comunistas para a próxima batalha eleitoral:

• Transformar as eleições para a gestão na primeira grande batalha política de massas na Universidade contra o Governo e o poder dos catedráticos;

• Transformar as eleições no primeiro momento de mobilização e luta por uma gestão realmente democrática, participada e descentralizada,

contra os projectos do Governo para a Universidade;

• Infiligrar uma clara derrota às listas que no seio dos estudantes se identificam com o Governo, reduzindo-lhes a sua base de apoio.

Estes três objectivos, sublinha Miguel Portas, exigem da parte dos estudantes e forças democráticas

uma aproximação e entendimento que se traduza em listas unitárias susceptíveis de atrair a larga maioria dos estudantes universitários e não o terreno da ilusória afirmação de cada força partidária democrática «per si», face à unidade do inimigo.

Depois de denunciar a política do «cerco anticomunista» e os resultados práticos a que isso tem conduzido (as listas realmente unitárias têm mais força e impacto que as listas FRS/independentes «não alinhadas»), Miguel Portas sublinha que na Universidade há dois aspectos que se têm de reconhecer para estabelecer uma política democrática acertada:

1. Os comunistas constituem claramente a força política mais enraizada nos estudantes universitários, com melhor conhecimentos dos seus problemas. Uma política de cerco está por esta razão destinada ao fracasso — os comunistas são decisivos para a unidade estudantil;

2. A corrente unitária constitui hoje uma realidade que ultrapassa em muito a corrente de opinião comunista. Por isso mesmo, o seu alargamento a mais e mais estudantes é uma necessidade objectiva para a própria renovação de uma prática que permita o reforço da influência das forças democráticas na Universidade — na unidade estas reforçam-se. Na divisão, quem assume tal responsabilidade isola-se.



Vitor Crespo no Ministério da Educação: até quando?

Jovens do PSD em desacordo com o ministro (PSD) da Educação...

Vitor Crespo, ministro da Educação no Governo Sá Carneiro e agora no Governo Balsemão, não está muito bem visto lá para as bandas da JSD, Juventude Social Democrática, organização juvenil do PSD.

Reunido no último fim-de-semana em Lisboa, o Conselho Nacional da JSD decidiu delegar na Comissão Política Nacional do partido «a viabilização de uma JSD crítica em relação à actuação do ministro da Educação». Quer dizer: os dirigentes da JSD pedem humildemente autorização às cúpulas do PSD para

que seja possível existir desacordo entre os jovens social-democratas e um ministro também ele social-democrata, o sr. Vitor Crespo.

Mas os rapazes que puxam os cordelinhos na JSD não ficam por ali. Afirmam que no caso da actuação do sr. Vitor Crespo se manter, provocando (atenção: as próximas palavras são da JSD) «confusão e agitação e condições impróprias para o normal funcionamento das escolas», poderão assumir «uma política de desvinculação em relação às posições do Ministério». Quer dizer: a JSD ameaça que

talvez deixe de ser (finalmente) porta-voz e defensora da actuação do MEC dirigido por Vitor Crespo...

Três conclusões, apenas: 1.º) O sr. Vitor Crespo começa a cair em desgraça; 2.º) A JSD não quer arriscar mais a sua «imagem» junto da opinião estudantil (aproximam-se eleições importantes, particularmente na Universidade); 3.º) A JSD descaiu-se e disse, preto no branco, quais foram até agora os seus objectivos enquanto organização juvenil: dar cobertura à política do Ministério. A verdade é como o azeite...

Delegação da JCP em Helsínquia

Termina amanhã em Helsínquia, capital da Finlândia, um Fórum Mundial da Juventude e dos Estudantes pela Paz, o Desarmamento e o Desenvolvimento.

A iniciativa partiu do Comité Nacional das Organizações Juvenis da Finlândia e iniciou-se na passada segunda-feira, com a participação de jovens de vários países.

Está presente uma delegação da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) constituída pelos camaradas Augusto Carreto, membro da Comissão Executiva e do Secretariado da Comissão Central da JCP e do Comité Central do PCP e Luis Guerreiro, da CC da JCP.

A realização do Fórum possibilita a discussão das principais questões que dizem respeito à luta pela paz interna-

cional, nomeadamente os aspectos políticos e militares do desarmamento, as consequências socioeconómicas da corrida aos armamentos, os processos e as medidas tendentes a tornar possível o início do desarmamento geral e completo, em particular no que se refere ao fabrico e utilização de armas nucleares.

Destaque especial é dado às formas de cooperação e acção da juventude e dos estudantes de todo o Mundo na luta por aqueles objectivos.

Entretanto, em documento divulgado pela sua SIP central, a JCP salienta que «ao participar neste debate, juntamente com organizações de outros países, num leque tão alargado que compreende

desde comunistas e socialistas aos democratas-cristãos, a Juventude Comunista Portuguesa demonstra de forma inequívoca a sua disposição em dialogar, procurar acordo e cooperar com todos aqueles que de uma forma ou de outra reflectem a firme vontade da juventude em abolir a ameaça da guerra, e construir a vida num mundo de paz».

Um apelo vibrante do Comité Finlandês Pela Humanidade, abaixo a corrida aos armamentos!

O nosso mundo já conheceu duas desastrosas guerras mundiais com consequências terríveis para toda a humanidade. Depois da Segunda Guerra Mundial os povos expressaram o seu mais profundo e firme desejo: Guerra nunca mais!

Desde então e especialmente durante os últimos anos conseguiram-se inegáveis progressos. Os velhos modelos da guerra fria têm sido rejeitados e as ideias da «détente», da coexistência pacífica, cooperação e confiança mútua entre as nações têm ganho um amplo apoio. Foram dados importantes passos desde a limitação da corrida ao armamento. A juventude e os estudantes têm desempenhado um papel importante na luta pela paz, a «détente», o desarmamento e o progresso social.

Mas também temos enfrentado alguns processos contrários. Guerras e conflitos têm obscurecido repetidas vezes a vida de diversos povos em muitas partes do mundo. Apesar de muitos esforços sérios e contrariamente aos interesses dos povos e da juventude, a corrida ao armamento desenvolve-se em grandes proporções. Durante a era nuclear a corrida ao armamento atenua mais do que nunca a humanidade. A situação internacional

agravou-se seriamente. Os logros e a continuação do processo da «détente» estão em perigo e uma nova espiral da corrida ao armamento está a ponto de se iniciar como resultado de acções de força da guerra fria opostas à paz e à cooperação internacional. (...) A geração jovem não quer uma nova era de guerra fria nem uma nova e desastrosa espiral da corrida ao armamento. O desejo e o interesse vital dos jovens é um mundo de paz duradoura, de cooperação e entendimento mútuo entre as nações. Por isso, a luta comum dos jovens e estudantes pela paz, pela «détente» e pelo desarmamento é cada vez mais importante.

A solução de problemas «quentes» globais e a satisfação das necessidades dos povos exigem medidas concretas para deter a corrida ao armamento e conseguir o desarmamento geral e completo. Os enormes custos e desgaste de recursos naturais e humanos ligados à corrida ao armamento retardam seriamente a solução de problemas mundiais, tais como a erradicação da pobreza e da fome, a protecção do meio ambiente, o desenvolvimento de novas fontes de energia e o logar do pleno emprego. A corrida ao armamento obsta à realização de uma nova

e justa ordem económica internacional.

A acção contra a corrida ao armamento e pelo desarmamento faz parte da luta contra o imperialismo. Está de mãos dadas com a luta contra o colonialismo, neo-colonialismo e discriminação racial, pela libertação nacional, a democracia e o progresso social.

O Comité Nacional das Organizações Juvenis da Finlândia e estudantes e para as suas organizações, no sentido de intensificarem a sua luta pela paz, a «détente» e o desarmamento. O SNT será o anfitrião do Fórum Mundial da Juventude e dos Estudantes pela Paz, pela «Détente» e o Desarmamento de 19 a 23 de Janeiro de 1981, em Helsínquia, na Finlândia. Esta iniciativa granjeou um vasto apoio entre diversas organizações nacionais, regionais e internacionais. O SNT apela para a juventude e para os estudantes de todo o mundo no sentido de fornecerem o seu apoio ao Fórum e organizarem diversas acções conjuntas e unilaterais para os objectivos do Fórum. PELA HUMANIDADE, ABAIXO A CORRIDA AO ARMAMENTO!

Actividades da DORSA

Realizou-se no passado dia 18 uma reunião de quadros do Partido do concelho de Alcanena. O encontro decorreu no Centro de Trabalho do PCP de Vila Moreira, uma das freguesias do concelho, e contou com a presença do camarada Raimundo Cabral, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

Foram definidas nesta reunião as tarefas prioritárias a realizar no concelho durante este ano de 1981, particularmente as actividades relacionadas com a próxima comemoração do 60.º aniversário do PCP.

O reforço dos organismos e o recrutamento de novos militantes foram consideradas tarefas imediatas a encarar na actividade do Partido no Concelho.

Outros encontros a realizar na DORSA

Contando também com a presença do camarada

Raimundo Cabral, realizar-se-á depois de amanhã, dia 24 de Janeiro, um encontro de quadros do concelho de Almeirim, no Centro de Trabalho do PCP desta vila. Em questão a definição de tarefas para este ano de 1981, em particular as relacionadas com as comemorações do próximo 60.º aniversário do Partido.

Com os mesmos objectivos efectuar-se-á no dia seguinte, a 25 de Janeiro, uma reunião de quadros do concelho de Alpiarça, no Centro de Trabalho da vila. Estará presente nesse encontro o camarada António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP e Director do «Avante!».

Almoço de confraternização

Promovido pela Comissão de Freguesia de Benfica do Ribatejo, no concelho de Almeirim, realizou-se no passado dia 18 de Janeiro um almoço de confraternização

integrado no 60.º aniversário do PCP.

Almoço que sendo de confraternização, foi festa sobretudo. Para isso contribuíram as aplaudidas actuações do núcleo de pioneiros de Benfica do Ribatejo e do «Grupo Jornada», de Tomar, perante mais de 300 pessoas que se

deslocaram à Associação Humanitária Benfiquense (onde decorreu o almoço). Sublinhe-se ainda que mais de metade dos presentes não eram membros do Partido.

Presente na confraternização o camarada Carlos Carvalhas, membro do CC do PCP, que usaria da palavra.

Sorteios da DORSA

Foram os seguintes os números premiados nos sorteios realizados pela DORSA, referentes à campanha de Fundos «Abril Vencerá»:

- 1.º Sorteio (Natal)
1.º - Televisão a cores - n.º 0996
2.º - Grilhador a gás - n.º 1982
3.º - Serviço de louça - n.º 3689

- 2.º Sorteio (Reis)
1.º - Televisão a cores - n.º 6509
2.º - Máquina fotográfica - n.º 4156
3.º - Serviço de louça - n.º 1743

A entrega de prémios far-se-á até ao fim do mês de Janeiro, no Centro de Trabalho da DORSA do PCP, devendo o contemplado levar consigo o talão da rifa.

Reunião de quadros na DORP

A DORP do PCP promove no próximo sábado, dia 24 de Janeiro, no Centro de Trabalho da Boavista e com início às 14.45 horas, uma reunião regional de quadros da Organização Regional do Porto do PCP. Esta reunião tem como ponto único da ordem de trabalhos a análise da actual situação política e das tarefas do Partido, à luz das conclusões da reunião do Comité Central de 17 de Janeiro, e a comemoração do 60.º aniversário do PCP. Participarão nos trabalhos vários membros da

direcção do Partido, entre os quais os camaradas Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, e Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política.

Com a realização desta reunião dá-se início na Organização Regional do Porto a um vasto conjunto de reuniões especiais de todos os organismos partidários — cerca de 800 no distrito do Porto — que terão lugar até ao início de Março, com o objectivo essencial de discutir o aniversário do Partido

e considerar, aos vários níveis, um conjunto de medidas concretas com vista ao reforço do Partido, nomeadamente no que toca ao seu trabalho de organização, de informação e propaganda, ideológico e de fundos.

O reforço do Partido, o alargamento da sua influência junto das massas, é um factor de primordial importância para a vida democrática, para a defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, para o futuro de Portugal.

Cinema no CT Vitória

No próximo sábado, com início às 16 horas, uma sessão de cinema organizada pela SIP do DORL iniciará a ciclo da denominação «Factos do Imperialismo». Serão exibidos os filmes A Guerra Acabou — a Luta Continua (Vietnam) e O Caso Silvia Gingold (RFA).

O 18 de Janeiro e o que significam os princípios sindicais para alguns «socialistas»

Como «Avante!» anunciou na semana passada, os trabalhadores vidreiros comemoraram na Marinha Grande o 18 de Janeiro, uma data que naturalmente lhes é muito querida e que mereceu, este ano, uma atenção especial dos principais promotores do divisionismo sindical.

Reunida em Tróia a tendência gonalista entre os amarelos pretendeu impor-se como a única tendência do PS na agremiação da UGT e, nesse mesmo dia 18 de Janeiro, proclamou pela voz de Gonalha que «as orientações aqui aprovadas ficam a constituir a linha sindical dos socialistas».

Numa moção aprovada «por unanimidade e aclamação», diz-se mais: estabeleceu-se (é o verbo utilizado) «como obrigação estatutária à condição de militantes socialistas, no caso de ser-se sindicalizado, a inscrição em qualquer dos sindicatos representados ou filiados na UGT».

Primeira conclusão a extrair, sem dificuldade de maior: a Independência sindical tão apregoadada pela tendência gonalista era um fruto podre quando nasceu e cada vez cheira pior.

«Já não são precisos tutores», proclama, por outro lado, o ex-ministro Intitulado do Trabalho e mais conhecido como ministro dos paralelos e da UGT. E diz mais: «que os barões da política não venham pôr em causa o trabalho aqui feito». (Continuamos como até aqui a citar segundo o texto publicado entre comas pelo jornal «Portugal Hoje».)

Segunda conclusão a extrair, também de sobremodo difícil: há uma contradição nos termos, que nada tem de dialéctica e da qual os trabalhadores socialistas se aperceberão facilmente. Gonalha e a sua tendência garantem por um lado que nada de «tutores», nada de «barões da política» a interferir nos sindicatos. Por outro, votam favoravelmente uma proposta segundo a qual, na prática, quem não for do PS não é da UGT, quem não for da UGT não é «socialista».

É escusado acrescentar que a Independência sindical segundo a versão Gonalha, dita agora «socialista» (embora o IV Congresso do PS ainda venha relativamente longe) não é para ir. É uma fraude declarada desde o princípio por aqueles que, desde o princípio, também, não têm em vista outra coisa senão o recrudescimento do anticommunismo. Talvez empurrados agora por dificuldades internas de vária ordem sindical e política, vêem-se obrigados a arrancar o resto da máscara e a aparecer perante os seus próprios seguidores como aquilo que sempre foram: serydores fiéis da direita e do inimigo de classe das massas trabalhadoras em Portugal.

Oportunismo para dar e vender

Que vem fazer no meio disto a data da sublevação dos trabalhadores vidreiros há 47 anos na Marinha Grande? Muita coisa, que gostaríamos de ver esclarecida de uma vez por todas.

Mas limitemo-nos à questão da Independência sindical. O 18 de Janeiro foi feito contra a fascização dos sindicatos. Precisamente, declaradamente e historicamente contra o assalto fascista à Independência sindical e a todas as liberdades sindicais.

A evocação do 18 de Janeiro de 1934 pela tendência gonalista em Tróia, precisamente no dia em que essa data era comemorada na Marinha Grande sem a presença da UGT, e mais as palavras que se disseram no «Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais e Delegados Socialistas» (continuamos a citar o «Portugal Hoje» de 19 de Janeiro de 1981) constituem uma manifestação de oportunismo sem vergonha que tem caracterizado a actuação da UGT nascida e alimentada contra a unidade sindical, contra a democracia sindical, contra a Independência dos sindicatos.

O 18 de Janeiro marca a nosso ver o fim de uma fase histórica do movimento sindical no nosso País. A partir da repressão fascista que se abateu sobre os trabalhadores, perante o fracasso das tentativas para criar um movimento sindical clandestino, a orientação que prevaleceu e que verdadeiramente lutou contra o fascismo e a fascização completa dos sindicatos foi a da luta legal semilegal e clandestina, conforme as épocas e as características do combate ao fascismo, que conduziu à formação da Intersindical em 1970, às lutas que se seguiram e ao crescimento da unidade sindical que surgiu à luz do dia e em plena força com a Revolução de Abril.

Estar onde estão as massas foi a palavra de ordem cumprida pelo PCP, desigadamente no movimento sindical. Os frutos dessa política permitiram que a firmeza dos princípios que orientam o movimento sindical e fazem parte dos estatutos da CGTP-IN e da esmagadora maioria dos Sindicatos portugueses continuem a ser um corpo vivo que não confunde, como nunca confundiu, os trabalhadores comunistas filiados nos sindicatos que entenderem com o Partido a que pertencem — o PCP.

O relatório de uma sessão ou a prova contudente de que o fascismo nada pode perante a força, a determinação e o querer aglutinados, por exemplo, num livro de poemas.

José Magro

TORRE CINZENTA

Poemas da Prisão



COLECCÃO 'RESISTÊNCIA'

edições Avante!

Geadas e seca prolongada

Que a lavoura suporte os prejuízos durante quatro anos e com juros — as inovadoras medidas do Governo

Geadas e seca são hoje dois temas quase obrigatórios nas conversas diárias dos agricultores, e também motivo de preocupação para estes.

Há várias semanas que não chove em Portugal nas quantidades necessárias e normais da época. Os poucos aguaceiros que têm caído são como gotas de água em esponja ressequida.

Esta seca prolongada começou a ser do conhecimento das populações dos grandes centros urbanos, geralmente arredadas destes problemas, quando o Governo começou a apontar a gravidade do problema, estimulando publicamente (aliás, de forma inconsequente), a poupança de energia eléctrica, em virtude das albufeiras das grandes barragens estarem a atingir cotas extremamente baixas.

Esta situação obrigava à importação de energia eléctrica de outros países e a um reforço da actividade das centrais térmicas, com a consequente queima de combustível, que precisamos de importar a peso de ouro.

Mas não era só no aspecto da produção de energia que a seca vinha provocar alterações. Também na captação de água potável esta calamidade natural dava origem a restrições no consumo.

É o caso, por exemplo, da cidade de Castelo Branco, que diariamente sofre um corte de abastecimento de água entre as 22 horas e as três da madrugada, em virtude das albufeiras que abastecem a cidade estarem a um nível extremamente baixo.

Um outro exemplo é o da barragem da Agueira, cujo enchimento começou em Julho passado. Num ano normal de chuvas já estaria cheia. Simplesmente, até ao momento, armazena apenas um quarto da sua capacidade.

Entretanto, esta ausência prolongada de chuva afecta igualmente as reservas subterráneas de água e muitos são os poços que apresentam já sinais

de se esgotarem rapidamente caso não chova com intensidade nos próximos tempos.

A «generosidade» do Governo

Mas se a afectada produção de energia era preocupação do Governo, o mesmo já não se verificava em relação ao sector agrícola, também ele bastante prejudicado com a seca e com as geadas que nessa altura do ano e em virtude da falta de chuva se fazem sentir. Neste campo, a posição do Governo primava pelo desinteresse. E foi preciso que a situação se tornasse catastrófica para surgirem algumas medidas que só ligeiramente atenuam os prejuízos sofridos pelos agricultores.

Foi o caso da «geada negra» que se fez sentir na zona da Chamusca, inutilizando os pomares de citrinos e culturas hortícolas dos agricultores da Carregueira, Atripiado e Pinheiro Grande.

Agricultores houve, nesta região, que sofreram prejuízos de 40 e 60 centos, mas para alguns o prejuízo cifra-se em valores mais altos — 300 centos.

Mas o ministro da Agricultura, Cardoso e Cunha, estava atento. E logo se deslocou à Televisão para dizer que com o Governo «AD — Pinto Balsemão» não havia problemas.

E logo ali, do pequeno écran, acenou com 400 mil contos para distribuir pelos agricultores prejudicados, desde que estes paguem o empréstimo no prazo de quatro anos, em prestações semestrais e ao juro de 12 por cento.

E como estava em maré de generosidade atribuiu aos produtores de castanha do Nordeste, também afectados pela geada, um subsídio não reembolsável equivalente a 30 por cento da produção esperada.

Contra esta posição se insurgiram de imediato os agricultores do conselho da Chamusca que afirmam necessitar, sim, de um subsídio e não de um empréstimo a juros, na maior parte dos casos não seriam capazes de cumprir, pois para além de verem os seus lucros desaparecerem têm de enfrentar os aumentos verificados nos preços dos adubos, dos pesticidas e de outros factores de produção. De salientar, ainda, que esta geada terá afectado não só a produção deste ano, como a produtividade das árvores em anos futuros.

Também no que se refere à produção da castanha a generosidade do Governo é «curta». As perdas são estimadas em cerca de 60 por cento da produção prevista. Os subsídios abrangem apenas 30 por cento da produção esperada. Os restantes 30 por cento perdidos são suportados mais uma vez pelos agricultores.

A geada e a seca estão a provocar inúmeros estragos nomeadamente na produção de citrinos e nas culturas hortícolas; neste último caso no que se refere à produção de leguminosas de sequeiro — ervilha e fava.

Pelo resto do País a situação é grave

Em Trás-os-Montes, zona dos pomares das Beiras, todo o litoral desde a Estremadura ao Minho, região Centro e Algarve fazem-se sentir os efeitos da geada. Concretamente, no Algarve, a tangerina, mais sensível, é precisamente a mais afectada. Ainda no Algarve, cerca de 80 por cento das atuais culturas de estufa estão ameaçadas. Muitos pomares encontram-se secos por falta de água e há já, nesta região, furros artesanais pelos quais está a subir água salobra em virtude do esgotamento das reservas subterráneas de água potável.

Mas também no Alentejo a azeitona, apresenta-se mirrada e os agrários ou a apanharam em verde ou enterraram a que caiu com grades de discos para não deixarem vestígios muito visíveis da sua sabotagem económica.

Em Vila Nova de Poiares

Entretanto, no passado domingo, reuniram-se, em Vila Nova de Poiares, agricultores comunistas dos vários concelhos do interior do distrito de Coimbra, para debaterem a situação da agricultura naquela zona.

Foram inventariados os prejuízos que já se verificaram naqueles concelhos por causa da seca prolongada e da geada, nomeadamente a falta de pastos, a perda da laranja (designadamente no concelho de Tábuca) e a pouca azeitona existente.

Foram também analisados os reflexos na lavoura desta região dos últimos aumentos dos factores de produção, adubos, pesticidas, sementes, gásóleo, petróleo e tratol, bem como dos aumentos escandalosos nos Serviços Médico-Sociais.

No final da reunião, os agricultores comunistas da zona da Serra do distrito de Coimbra afirmaram a decisão de participar activamente, lado a lado com todos os agricultores, nas formas adequadas que traduzam o vasto descontentamento reinante por esta política ruinosa, prosseguida pelo Governo AD. Exigem que parem os aumentos e que a lavoura seja ouvida, ao mesmo tempo que reclamam subsídios pelos prejuízos provocados pela seca e pela geada.

Reflexos na pecuária

A não renovação das pastagens por falta de água ou a queima destas pela geada, agravado pelo acambramento das rações no intermédio (em virtude do seu anunciado aumento de preço) têm contribuído para uma situação insustentável no sector da pecuária, principalmente para os produtores que têm poucas cabeças de gado e que são a maioria.

Para agravar a situação as principais feiras de gado estão encerradas devido ao surto de febre aftosa para a qual não houve soluções a devido tempo.

Como se isto tudo não bastasse, o Governo nada faz para deter o contrabando de gado espanhol para o nosso país, a maior parte do qual vem doente.

Assim, quem quer vender o gado encontra-se numa situação aflitiva. Em muitas regiões do País os produtores procuram vender sem

olhar já a lucros e muito gado leiteiro é vendido para abate, o que significa uma substancial quebra de preços.

Este rebaixamento de preços no produtor também se faz sentir em virtude da entrada de gado espanhol e do encerramento das feiras.

Para que serve o seguro de colheitas?

Depois da demagogia eleitoral surge sempre o amargo de boca. Isso mesmo o sentem hoje os agricultores relativamente ao Seguro de Colheitas amplamente anunciado pelo primeiro Governo AD, pouco antes das últimas eleições legislativas.

O seguro, no que respeita a geadas, só cobre as ocorridas a norte do Tejo, depois de 15 de Abril; as verificadas em Faro, depois de 25 de Fevereiro; e nos restantes distritos, depois de 15 de Março.

Ou seja, o seguro cobre os riscos originados pelas geadas precisamente no período em que elas não se verificam.

Todos os agricultores agora afectados, se tivessem feito o referido seguro nada lucravam com ele. Os únicos a lucrar seriam as companhias de seguros que receberam os prémios.

Por seu turno, o seguro não abrange a batata, nem a floresta, nem a pecuária. Tendo em conta os elevados prejuízos que em grande parte se fazem sentir no gado vale a pena perguntar para que serve este tipo de seguro.

Para nada, dizem os agricultores, escalados mais uma vez pela adversidade do tempo a incurrir de um Governo que defende interesses, mas não os dos que trabalham. E de sol-a-sol.

Compadrios, ilegalidades e incompetência «gerem» autarquias do Norte

Problemas graves dominam a vida das autarquias no Norte do país, onde os interesses das populações são protelados a favor dos compadrios, das negociações duvidosas, dos planos irrealistas feitos para deleite dos eleitos incompetentes.

É o que se passa, por exemplo, na Câmara Municipal de Valongo, acusada pela Junta de Freguesia de Alfena de não ter vontade política para resolver o problema do novo cemitério, para o qual há terreno, projecto e cerca de dez mil contos.

Para a Câmara, de maioria «AD», o facto do actual cemitério da Freguesia de Alfena estar saturado — «chegam-se a abrir duas e três covas para encontrar um lugar...» — não parece ser relevante. O mesmo não

pensam os eleitos da Junta e Assembleia de Freguesia daquela localidade, que acusam a edilidade de incompetência para acompanhar o ritmo de desenvolvimento local. Situada a poucos quilómetros do Porto e com uma população de cerca de doze mil habitantes, Alfena não precisa só de um novo local para enterrar os seus mortos. A instalação de um posto dos serviços Médico-Sociais, pedida há mais de um ano, não mereceu sequer resposta do executivo camarário, que se

mostra igualmente pouco interessado na instalação na freguesia do ciclo preparatório, no abastecimento de água ao domicílio ou na melhoria da rede de transportes.

Não menos insatisfeitos e preocupados, os 192 moradores do Bairro da Biquinha, em Matosinhos, viram a respectiva Câmara Municipal (esta de maioria PS) decidida a aplicar integralmente a Portaria 286/77 que lhes aumentava de forma brutal as prestações das rendas das respectivas habitações sociais (chegava a ser dez vezes mais, nalguns casos).

Esta atitude camarária, tanto mais grave quanto a dita portaria é reconhecida como injusta pela generalidade dos municípios que, por isso

mesmo, não a estão a aplicar, só não foi avante graças à unidade e luta dos moradores afectados e à actuação do vereador da APU que propôs a não actualização das rendas até que o Governo tivesse o diploma. Embora não sendo aprovada esta medida, a acção conjunta conseguiu levar a maioria a um recuo, acabando por se chegar a uma solução de compromissos até à revisão do problema: as rendas serão determinadas em função do rendimento anual bruto dos agregados familiares, excluindo os subsídios de férias e de Natal.

Diferente e mais cuidada é actuação dos vereadores socialistas na Câmara Municipal do Porto, onde a «AD» domina e onde as ilegalidades se aliam

à incompetência assumindo foros de escândalo nacional.

Tão diferente que hoje se discute na capital norteña, em sessão pública, o voto de censura à gestão «AD» apresentada na passada segunda-feira pelos eleitos socialistas, na sequência das severas críticas à actuação da maioria da direita que têm vindo a ser feitas pelos vereadores do PS, APU e UDP.

Como se afirmou na sessão de segunda-feira, o voto de censura justifica-se porque a actual maioria «se tem pautado pela incompetência e pela inconsciência, em especial na actuação do seu presidente», tem primado pela «ilegalidade, quer em decisões tomadas pelo seu presidente, quer na não apresentação dos

planos de actividade nos prazos legais».

Problemas como estes, que embora graves são quase uma gota de água no rol infindável das histórias de «gestão» da direita, certamente não se colocariam se homens honestos e competentes tivessem a seu cargo a gestão dos interesses das autarquias locais. Como de resto se pode verificar nos órgãos de poder local onde os democratas estão em maioria. É certamente também não se verificariam se em todos eles os eleitos pelo PS se juntassem aos seus aliados, naturais, comunistas e outros democratas, em vez de procurarem pelouros em confusas e complexas alianças à direita.

Actividades culturais nas autarquias APU

O desenvolvimento de actividades culturais e a sua divulgação em especial junto das camadas mais jovens da população vem merecendo cada vez mais a atenção dos órgãos de poder local geridos democraticamente.

É o que se passa, por exemplo, no concelho do Seixal, cuja Câmara Municipal tem como um dos seus objectivos promover e apoiar todas as realizações que contribuem para um maior contacto dos jovens com a cultura e a arte. Neste âmbito realizaram-se já este mês quatro espectáculos pelo Teatro de Animação de Setúbal, com a peça «Tatipirum», baseada no conto «A terra dos meninos pelados», de Graciliano Ramos, apresentada nas Escolas Primárias de Vale Milhaços e Arrentela.

Procurando contribuir para estimular entre as crianças o interesse pela figura e obra de Camões, a Câmara do

Seixal decidiu também promover a apresentação da peça «Camões tão perto e tão longe», de Maria Rosa Colaço, em doze escolas das Freguesias de Amora, Corroios e Seixal. A peça é interpretada por dois actores do Grupo de Campolide.

Ainda por iniciativa daquela autarquia local vai realizar-se no concelho do Seixal um Ciclo de Cinema Infantil, em colaboração com o Centro Cultural de Almada. O ciclo decorrerá em cinco fins-de-semana sucessivos, com início em 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro, sendo apresentados os filmes «O garoto de Chartot»; «O Festival Chartot»;

«Pamplinas Maquinista»; «A Floresta Maravilhosa» e «Um dia nas corridas». As sessões efectuar-se-ão aos sábados na Sociedade Filarmónica 5 de Outubro (Paio Pires) e aos domingos na Sociedade Filarmónica União Arrentelense (Arrentela).

Entretanto, na Amadora, está a decorrer desde o passado dia 17 e até amanhã, a «Semana de Banda Desenhada», iniciativa conjunta do Centro Cultural Roque Gameiro, Câmara Municipal da Amadora e Livraria Bertrand. No âmbito das actividades culturais e recreativas deste município para o corrente mês está ainda programada a realização de uma «Semana da 3.ª Idade», de 24 a 1 de Fevereiro, que consta entre outras coisas de uma exportação de pintura e outros trabalhos executados

pelos membros da população idosa do concelho e uma exposição fotográfica e de slides dos Centros de 3.ª Idade do concelho.

A Exposição itinerante de Alves Redol «Gaibéus e o seu tempo», organizada pela Comissão Nacional para as Comemorações do 40.º

Aniversário dos Gaibéus, continua entretanto a percorrer as freguesias do concelho da Amadora, estando na Falegueira até ao próximo dia 29 e na Rolebeira de 30 de Janeiro a 5 de Fevereiro.

A «Oficina da Cultura» da Câmara Municipal de Almada prossegue também a sua acti-

vidade, desta vez com uma exposição de aves canoras e ornamentais e de documentação bibliográfica e iconográfica sobre o assunto. A mostra de aves, que se realiza pela quarta vez consecutiva em Almada, estará patente ao público até ao próximo domingo.

Outra forma de tratar o património

O interesse pelas manifestações culturais varia muito de autarquia para autarquia, conforme os interesses políticos que nelas dominam. Na Assembleia Municipal de Lisboa, por exemplo, os eleitos pelo CDS estão preocupados em fazer desaparecer dos muros da cidade as pinturas feitas depois do 25 de Abril, que

para além de constituírem documentos históricos são muitas vezes verdadeiras obras de arte popular.

Votando sozinhos (até os eleitos do PSD tiveram desconfiança para não confundir lixo com aquilo que o não é e coragem de reconhecer que essas pinturas fazem já parte

do património cultural da capital), os eleitos do CDS aprovaram uma recomendação à Câmara Municipal de Lisboa para se encarregar da «limpeza».

Pena é que não sejam tão listos a resolver o problema do lixo real que Lisboa diariamente produz e despeja na Amadora!

Almada — luta firme contra os clandestinos

O concelho de Almada, com a sua grande concentração industrial, boa acessibilidade a Lisboa e condições para a prática de férias, tornou-se desde há muito um pólo de atracção de populações do interior do país para a zona da capital.

As carências habitacionais provocadas por um aumento populacional descontrolado e a inexistência de habitações ou de lotes urbanizados para venda ou arrendamento a preços compatíveis com as possibilidades da maioria dos que procuram alojamento levou a um incremento da construção clandestina, aproveitada e incentivada pelos loteadores clandestinos.

Basta dizer que um terço da área do concelho de Almada foi e continua a ser loteado ilegalmente para se ficar com uma ideia bastante clara da gravidade desta situação, cujas consequências se

traduzem na degradação da paisagem e do ambiente, destruição de bons terrenos agrícolas e de coberto vegetal, ocupação de zonas de infiltração de águas e leitões de cheia, utilização de linhas de água como emissários de esgotos, localização das construções em encostas declivemente insólitas ou pendente exagero, sobrecarga de infraestruturas débeis, ausência de critérios urbanísticos referentes a traçados de vias, elevados custos na realização das infraestruturas, inexistência de

reservas de áreas de equipamento e zonas verdes, suporte pela comunidade dos custos dos equipamentos.

Em recente comunicado sobre o assunto a Câmara Municipal de Almada expôs muito claramente os elevados custos sociais e económicos que advêm deste estado de coisas e anunciou as medidas que decidiu tomar para lhe fazer face. A elaboração de Planos de Urbanização é indispensável para o ordenamento e reconversão das áreas clandestinas e foi por aí que a edilidade avançou.

Actualmente a Câmara possui já três Planos Gerais, correspondendo a mais de um terço da área total do concelho e a um investimento dos dinheiros públicos bastante elevado que, como se

sublinha, não pode ser inutilizado a favor dos lucros chorudos dos loteadores-especuladores.

Assim, a edilidade vem actuando sobre os prevaricadores da lei, criando condições para a implementação dos Planos, quer através da posse administrativa dos terrenos onde se iniciaram trabalhos ou obras tendentes ao loteamento ilegal, quer punindo os infractores de anúncios de venda de terrenos sem alvará, quer alertando os compradores de lotes dos inconvenientes desta atitude, nomeadamente através da imprensa, plenários com moradores e exposições públicas dos Planos Gerais.

O trabalho que a Câmara Municipal de Almada se propõe levar a cabo não é fácil, sendo lamentável que outros

dificuldades adicionais lhe sejam impostas, com manifesto desrespeito pela legislação em vigor: o município não é e deveria ser consultado sobre todas as transacções de terrenos; continua a realização sistemática de escrituras de compra e venda de propriedades em avos individuais para fins urbanos sem exigência de apresentação de documento comprovativo de que a operação tem autorização camarária; continua o processamento do pagamento da contribuição predial na Repartição de Finanças, criando a ilusão da legalização da compra e possibilidade de construção.

Como se salienta no documento a que fizemos referência, a continuação dos loteamentos e construções

legais vem a comprometer os investimentos da Câmara para o corrente ano, inutilizando toda a programação já efectuada e que visa a criação de condições de vida a que todos têm direito. O que, a verificar-se, exigirá, para defesa dos investimentos em curso e do futuro do concelho, medidas desagradáveis, como sejam as punições e as demolições. Pois como se faz notar, quando o anúncio na imprensa, o diálogo com o município, o aviso ao local, o impedimento da venda legal tem como resposta o ignorar a acção da Câmara impedindo a discussão conjunta para o encontro da melhor solução torna-se necessário distinguir eficazmente quem cumpre e não cumpre a lei, quem defende e quem delapida o património concelhio.



60.º Aniversário do PCP

Concurso para cartaz nacional e medalha comemorativa

Comemora-se este ano o 60.º Aniversário do Partido. No âmbito das iniciativas programadas para assinalar esta data importante e decisiva na História do movimento operário português, foi decidido abrir um concurso para a elaboração de um cartaz nacional e de uma medalha comemorativa.

Cartaz nacional e medalha comemorativa que, de acordo com as normas do concurso que junto publicamos, terão obrigatoriamente que conter a referência aos 60 anos de vida e de luta do Partido Comunista Português, ao serviço do nosso Povo e da nossa Pátria.

O prazo para a entrega das propostas do cartaz nacional e da medalha comemorativa termina no próximo dia 31 deste mês.

Normas do concurso

1. Cartaz

1.1 – O Cartaz deverá conter os seguintes elementos: 60.º Aniversário: Partido Comunista Português; Foice e martelo do PCP. Palavra de ordem: «1921-1981 PCP 60 anos de luta ao serviço do Povo e da Pátria».

1.2 – O Cartaz será impresso no formato 70x100, em offset, podendo ter até 4 cores.

1.3 – As maquetas deverão ser apresentadas com a dimensão mínima de 35x50.

1.4 – Prazo de entrega das propostas: até 31 de Janeiro de 1981, na SIP do Comité Central, na Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 1 – 1699 LISBOA

2. Medalha

2.1 – A medalha deverá conter os seguintes elementos: 60.º Aniversário: Partido Comunista Português; Foice e martelo do PCP. Palavra de ordem: «1921-1981 PCP 60 anos de luta ao serviço do Povo e da Pátria».

2.2 – A medalha terá 80 mm de diâmetro, e 5 mm de espessura e será cunhada nas duas faces.

2.3 – As maquetas deverão ser apresentadas, em desenhos, na escala de 1.1 ou múltiplos.

2.4 – Prazo de entrega das propostas: até 31 de Janeiro de 1981 na SIP do Comité Central, na Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 1 – 1699 LISBOA.

As propostas recebidas serão expostas, no âmbito das comemorações do 60.º Aniversário, em local a designar.

ICA – uma máquina a nível mundial para propagandear o imperialismo

Ao contrário do que se poderá supor, ICA não é uma gralha da sigla CIA. É uma entidade completamente diferente, embora tenha um trabalho que se poderá considerar complementar daqueles serviços secretos norte-americanos.

Com sede em Washington, a ICA é a abreviatura de *International Communication Agency*, ou seja Agência de Comunicação Internacional. Começa a ser melhor conhecida, aparecendo em destaque na administração norte-americana, em Abril de 1978.

Esta Agência constitui o aparelho de propaganda norte-americana para o estrangeiro e emprega os seus meios, essencialmente radiofónicos, para favorecer a estratégia diplomática e militar, a nível global, dos EUA – o mais poderoso Estado imperialista.

Em 1980, esta Agência revelou-se particularmente activa nas campanhas contra os Jogos Olímpicos de Moscovo e contra a evolução democrática no Afeganistão, mostrando claramente a vocação para que fora criada.

Entretanto, o presidente Carter mostrou com bastante clareza que o conjunto do trabalho de propaganda da ICA está ao serviço do programa de Washington, nomeadamente dos círculos mais agressivos dos EUA.

Este programa é orientado para a obtenção da superioridade militar em relação à União Soviética e os países do Pacto de Varsóvia, para a formação e apoio de forças contra-revolucionárias nos países socialistas, para o regresso à guerra fria, para a luta contra os movimentos de libertação nacional e o progresso democrático e social, para a manutenção da exploração neocolonialista através da posição de desigualdade dos países em vias de desenvolvimento no sistema económico capitalista.

Mais de 9000 empregados

Para poder exercer uma influência directa sobre esta linha geral da actividade da ICA, o presidente Carter integrou-a nos mais altos órgãos do seu aparelho de Estado.

O director da ICA tem de lhe prestar contas pessoalmente. Este director funciona ainda como conselheiro principal do Presidente, do Conselho de Segurança Nacional (o National Security Council, que é quem determina a política norte-americana) e do secretário de Estado, o equivalente ao ministro dos Negócios Estrangeiros nos outros países.

Como instituição governamental autónoma, a ICA está subordinada ao secretário de Estado e é constituída a nível de direcção por dois sectores: — educação e assuntos culturais (a repartição especializada do Departamento de Estado até agora responsável por estes assuntos foi integrada na ICA); — rádio.

Para podermos apreciar o volume de «trabalho» basta referir que a Agência emprega mais de 9000 pessoas, das quais mais de metade são cidadãos norte-americanos.

Uma extensa e intensa actividade

São publicados pela ICA folhetos, brochuras e livros, em 50 línguas, e 140 revistas, em 29 línguas, com uma tiragem total de 30 milhões de exemplares. As suas 130 emissoras de ondas longas, médias e curtas funcionam 24 horas por dia, com programas em inglês ou 39 outros idiomas.

Os planos da ICA prevêem a produção anual de 150 documentários e filmes, para o cinema e a televisão, em 64 idiomas, para serem projectados especialmente no estrangeiro, e ainda um mínimo de 50 exposições sobre os EUA noutros países. A ICA dispõe ainda de 30 salas de leitura fora dos EUA.

Para podermos avaliar a extensão e a intensidade da actividade da ICA é esclarecedora a distribuição territorial das 217 bases no estrangeiro, espalhadas por 105 países de seis continentes:

Região	Bases da ICA	%	Países	%
Ásia	82	38	26	25
África	54	25	35	33
América Latina	41	19	23	22
Europa	34	15	18	17
Austrália	4	2	2	2
América do Norte	2	1	1	1
	217	100	105	100

Como se pode verificar, pelo quadro acima, a grande atenção da ICA é dedicada à Ásia, África e América Latina, estando localizadas nestes territórios 82 por cento das bases que a referida Agência possui espalhadas pelo mundo. Em contrapartida, a Austrália e a América do Norte estão

quase relegadas ao esquecimento com, respectivamente, 2 e um por cento das bases existentes. Já a Europa constitui forte motivo de atracção e a percentagem verificada, 15 por cento das bases existentes, é prova disso.

Aumenta o financiamento

Em 1973, o governo Nixon financiou a propaganda para o estrangeiro da instituição antecessora da ICA, que era a US Information Agency (USIA), com 200 milhões de dólares.

Contudo, em 1980, a ICA recebeu do governo Carter, para a mesma missão, mais de 500 milhões de dólares. Nesta quantia estão previstos, nomeadamente, cerca de 28 por cento para a emissora central de propaganda «Voz da América», 20 por cento para centros de informação e salas de leitura no estrangeiro, 14 por cento para a edição de revistas e a propaganda radiofónica descentralizada, 8 por cento para filmes e séries televisivas e ainda dois por cento para despesas com exposições.

Uma direcção de peritos

Pela composição da direcção da ICA é de contar com novas campanhas de propaganda dos EUA especialmente contra os povos e os movimentos de libertação nacional da Ásia e da África.

O director da ICA, John Edward Reinhardt, de 60 anos, foi funcionário da ocupação norte-americana no Japão e dirigiu, nos anos 50, a propaganda subversiva da «Voz da América» de Manila (Filipinas) contra a República Popular da China, em línguas como o cantonês e o mandarim, bem como programas provocatórios contra a República Democrática do Vietnam e a Birmânia. Seguidamente, este perito esteve durante quatro anos como adido cultural dos EUA em Teerão. No final dos anos 60 colaborou com o director da USIA para os assuntos africanos, antes de o presidente Nixon o enviar em 1971 como embaixador norte-americano para Lagos, na Nigéria.

O seu adjunto, W. Bray, de 47 anos, acumulou as primeiras experiências no estrangeiro durante o serviço ultramarino do Exército norte-americano. Depois, foi o sucessor de Reinhardt nas Filipinas. Finalmente, Bray ascendeu em 1971 a director dos Serviços de Imprensa do Departamento de Estado e, durante a agressão norte-americana ao Vietnam, a conselheiro de Imprensa do Departamento de Estado.

A actividade principal

A propaganda radiofónica de cadeias de emissoras como a «Voz da América», «Rádio Europa-Livre» e «Rádio Liberdade» continua, no entanto, tal como antes, a ser a actividade principal da Agência. Ao decidi-lo, o estado-maior da Agência parte de duas considerações:

1.º – Pode-se fazer propaganda contra-revolucionária contra a comunidade de Estados socialistas passando por cima das respectivas fronteiras. Presentemente, a ICA está a fazer, por exemplo, agitação anti-socialista, com fins de desagregação, em mais de 25 idiomas;

2.º – A ICA considera a rádio como o mais importante meio de comunicação na maioria das zonas não-socialistas do mundo. A taxa de analfabetismo atinge ainda 85 por cento em África e alguns países asiáticos e 50 por cento na América do Sul.

Por cada 100 pessoas há, por exemplo, em África cerca de 6 rádios, na América do Sul, 10 e na Ásia, um. Com o alargamento da sua rede de emissoras de rádio para o estrangeiro em mais 13 postos, além dos 130 existentes, a ICA visa poder manobrar propagandisticamente, de forma ainda mais vinculada, a partir das emissões da central em Washington, a maior parte da população mundial.

A «Voz da América» é difundida a partir de diversos territórios estrangeiros. Entre eles contam-se países europeus membros da NATO, como a Alemanha Federal, a Inglaterra, a Grécia e Portugal.

Na Ásia, além de Okinawa, base norte-americana no Japão, esta emissora difunde das Filipinas e do Sri Lanka. Em África, está instalada na Libéria e em Marrocos.

Nenhum outro país no mundo construiu sistematicamente, no estrangeiro, uma tal máquina de propaganda como os Estados Unidos da América.

Mas, apesar dos grandes recursos financeiros, pessoais e técnicos, a ICA não conseguirá, a longo prazo, ter êxito na luta contra a verdade, contra a paz e o progresso no mundo, pois as mentiras continuam a ser transparentes mesmo quando embulhadas na mais aliciante embalagem.



Semana

14 Quarta-feira

1813 - Emancipação dos negros de Buenos Aires; este acto de libertação na América do Sul corresponde a um movimento generalizado pela abolição da escravatura no século XIX.



Os homens do golpe turco

Os EUA intervêm militarmente na República de El Salvador, utilizando tropas da Guatemala e das Honduras, para apoiar as tropas da Junta reaccionária que procura sobreviver à insurreição popular liderada pela Frente de Libertação Nacional...

15 Quinta-feira

1585 - Henrique VIII recebe em Inglaterra o título de «chefe supremo da Igreja».

O juiz italiano Giovanni d'Urso é libertado pelos terroristas das «Brigadas Vermelhas» que o mantiveram sequestrado durante um mês e chegaram a anunciar o seu assassinio...

16 Sexta-feira

1920 - Entra em vigor nos EUA a «lei seca», que proíbe o consumo de quaisquer bebidas alcoólicas; esta medida abriu caminho a um impressionante submundo do crime...



Arnaldo Forlani

D. Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, no Brasil, condena vigorosamente as empresas multinacionais «que agravam a situação de colonialismo interno e arrastam as matérias-primas dos países onde actua»...

17 Sábado

1950 - É fundado o Partido Comunista da Bolívia.



Khomelny

Um porta-voz do gabinete do primeiro-ministro iraniano desmente «rumores» sobre a libertação dos reféns norte-americanos durante esta semana, sublinhando que «até que um acordo final seja conseguido e recebida resposta às condições iranianas, não se pode fixar uma data para a libertação dos reféns»...

18 Domingo

1919 - Realiza-se em Versalhes, Paris, a primeira conferência para a paz mundial.

Behazad Nabavi, chefe da equipa negociadora iraniana para a libertação dos reféns norte-americanos, afirma que os EUA e o Irão concluíram finalmente um acordo para acabar com a crise dos reféns, tendo acrescentado que os EUA aceitarão todos os termos do acordo estabelecido pelo governo do Irão...

19 Segunda-feira

1960 - Os EUA e o Japão assinam um acordo de «segurança mútua».

O ditador egípcio Anwar Sadat exorta os EUA a «investirem muito dinheiro» no desenvolvimento das bases aéreas e navais no porto de Suez, no Mar Vermelho, «para defender a região contra as ameaças soviéticas»...

20 Terça-feira

1968 - A União Soviética lança para o espaço o satélite «Cosmos-200».

Representantes dos bancos centrais americano, inglês e argelino assinam os acordos de transferência para a conta em nome do Banco Central da Argélia dos 7200 milhões de dólares (cerca de 360 milhões de contos) correspondentes aos bens iranianos congelados por Carter e cuja transferência havia sido acordada entre os EUA e o Irão...

Salvador, um flagrante exemplo de ingerência

Com avanços e recuos, prossegue em El Salvador a grande batalha de um povo contra um regime abertamente apoiado pelo imperialismo. Na complexidade do seu processo revolucionário, Salvador constitui, para além de um eloquente testemunho do movimento pela libertação da tutela do imperialismo na América Latina, um flagrante exemplo de ingerência dos que internacionalmente mais alto clamam contra supostas ingerências na vida interna de outros países e povos - Washington.

Muito poucas notícias nos vêm de Salvador. Porque os jornalistas se vêem confinados à capital. Mas não só: aí mesmo começa já a ingerência. Na base de dados reais ou irreais, são construídas «notícias», montadas em todas as suas peças...

importante é o governo dos Estados Unidos na sua versão Carter e muito mais na sua versão Reagan», declarou o dirigente da FDR Luis Sebastian. Na verdade, quem combate nas ruas das cidades de El Salvador são tropas salvadorenhas armadas pelos norte-americanos, dirigidas por conselheiros militares dos EUA e um pequeno exército de guardas somozistas e outros mercenários...

O papel de Washington

«Entre os que se opõem à vitória da Frente Democrática Revolucionária em El Salvador, o mais

americano anunciou a possível suspensão do auxílio económico à Nicarágua, «porque há provas irrecusáveis de que o regime sandinista está a apoiar os movimentos guerrilheiros». Acontece que a esta «informação» não se juntou a mínima prova. Entretanto, Managua divulgou uma nota oficial onde se afirma: «O governo da Nicarágua apoia com firmeza os princípios do respeito pela soberania e pelo direito à autodeterminação e considera que o povo salvadorenho deve resolver os seus problemas livre de qualquer ingerência estrangeira».

Solidariedade com o povo do Salvador

A heroica luta do povo de Salvador tem dado origem a manifestações de solidariedade um pouco por todo o mundo, em particular na América Latina. Em Managua, capital da Nicarágua, cerca de 20.000 pessoas manifestaram o seu apoio à Frente de Libertação Nacional Farabundo Martí, com a palavra de ordem «Se a Nicarágua venceu, El Salvador vencerá».

Também em Portugal se registaram várias posições de solidariedade para com o povo de El Salvador. A CGTP-Intersindical exprimiu em comunicado a «inteira solidariedade com a legítima luta dos trabalhadores e do povo de El Salvador para implantar no país a democracia, liberdade e paz».

Para o imperialismo tudo isso não passa de intervenção estrangeira: coisa feita por cubanos, soviéticos e sandinistas. O presidente Napoleão Duarte, do Salvador, declara mesmo, num desajustado triunfalismo: «Estamos a contribuir para salvar a América dum invasão geo-política».

FRENTE A LA INTERVENCION IMPERIALISTA



Português, em documento publicado nas páginas deste «Avante!», «apela à classe operária, aos trabalhadores e todos os portugueses amantes da paz e da liberdade, a todos os antifascistas, a todos os democratas, para que manifestem o seu apoio à luta do povo de El Salvador e condenem os crimes da ditadura salvadorenha e a intervenção imperialista naquele país da América Central».

Angola: Alvo de Reagan e da África do Sul

Desde dia 11 o território da República Popular de Angola, em particular a província do Cunene, é outra vez alvo de agressão das tropas sul-africanas, apoiadas de forças terrestres e aéreas.

evidentemente a vontade da população» (1).

Esta nova agressão surge quando em Genebra o governo da África do Sul trabalhava deliberadamente para o fracasso das negociações, em mais uma manobra para protelar a independência da Namíbia, aguardando um mais sólido apoio do novo presidente norte-americano Reagan.

Assim, o governo do MPLA, que heroicamente, e com inequívoco apoio popular, se bateu pela independência em duas guerras de libertação, e hoje, com todas as dificuldades, promove o desenvolvimento económico, social e cultural do país, «não representa» a vontade popular, por contar com o apoio solidário de vários países socialistas na reconstrução nacional e na defesa contra agressões como as que se estão a fazer mais a verificar por parte da África do Sul. Pretória, que promove um regime de «apartheid» universalmente condenado, S. Salvador, que assenta no genocídio de uma população que soube construir a mais ampla unidade contra a Junta apoiada abertamente pelos EUA - esses, sim, serão governos representativos da vontade popular...

Entretanto, Reagan, que manifestou grande vontade de visitar o Sul de África, punha em causa o estabelecimento de relações entre os EUA e Angola. Porquê? Porque Reagan pensa não ser «característico dos costumes americanos tratar com um governo que não representa

Porque falhou a Conferência de Genebra?

A Conferência de Genebra para a independência da Namíbia falhou. Há total unanimidade quanto às causas imediatas deste falhanço. Sam Nujoma, presidente da Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO), denunciou o pretexto utilizado pela África do Sul para boicotar a Conferência - forçar o reconhecimento do movimento fantoche que formalmente detém o poder na Namíbia - como uma manobra dilatória. O subsecretário-geral da ONU, que presidiu à reunião, responsabilizou a África do Sul pelo insucesso.

O governo de Pretória tem razões de sobra para tentar adiar o inevitável processo de independência da Namíbia. Todos os seus esforços se concentram numa «solução» neocolonialista. Ora, neste momento, a realização de eleições conduziria ao fim do poder da África do Sul e das organizações racistas fantoches que, em seu nome, formalmente governam este futuro país. Mesmo segundo o «Le Monde», insuspeito de qualquer simpatia pelos movimentos de libertação, os representantes da SWAPO, «no estado actual das forças, ganharão sem dúvida as eleições de viriam na sequência da aplicação do plano da ONU».

A Conferência de Genebra. Sam Nujoma irá pedir ao Conselho de Segurança a aprovação de uma resolução que imponha o embargo petrolífero contra a África do Sul. Quer a resposta dos países capitalistas que se dizem empenhados em «pressionar» Pretória para uma solução política para a independência da Namíbia?

Estas não passam entretanto de razões imediatas do insucesso da Conferência. E os factos irão uma vez mais mostrar porquê a África do Sul pode violar sucessivas decisões da ONU e boicotar realizações como o

Um país rico para quem?

A Namíbia é um imenso país, com cerca de cem mil brancos, únicos beneficiados pelas leis racistas, e uma população negra de 800 mil pessoas, circunscritas a dez reservas africanas. Uma clara divisão entre os senhores das riquezas naturais deste território e a sua mão-de-obra.

economia da África do Sul provém de companhias industriais e de bancos estrangeiros. Os seus lucros elevam-se a 21-26 por cento, de que apenas metade é sujeito a impostos. No total, contam-se perto de 350 filiais de companhias americanas, cerca de 500 inglesas e 400 alemãs na África do Sul. Os crescentes investimentos estrangeiros são acompanhados por enormes empréstimos, de 300 a 400 milhões de dólares anuais, fornecidos pelos bancos da RFA, França, Grã-Bretanha, Holanda, Bélgica, Áustria, EUA. Apesar do embargo da ONU, a «British Sheel Corporation» (controlada pelo governo da Grã-Bretanha) é um dos mais importantes investidores, e para a RFA o governo racista de Pretória é o seu principal parceiro comercial no continente africano.

Oficialmente os países capitalistas pronunciam-se contra o «apartheid» e o racismo. Mas na verdade - não só na sua prática camuflada a nível económico e militar, mas mesmo nas posições políticas - é bem diferente a sua verdadeira posição. Por exemplo: em 1973, na 8.ª Assembleia Geral da ONU, os países capitalistas votaram contra a Convenção Internacional sobre a supressão e punição dos crimes do «apartheid», em Novembro de 1979, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França impediram, com o seu triplo veto, a adopção de medidas coercivas contra a África do Sul.

Estas são fortes razões - razões dos monopólios, opostas às razões dos povos - para que a África do Sul sobreviva às sanções, ao embargo, e possa boicotar iniciativas internacionais tendentes a ultrapassar os graves problemas que se vivem no sul de África que, como a prática o tem demonstrado, podem pôr em causa a paz no continente.

As razões da estratégia

Aos factores económicos somam-se factores militares. A situação na África do Sul é estudada em todas as

A seca em Moçambique

Muitas ofertas chegaram já à Associação Portuguesa-Moçambique numa manifestação de solidariedade para com o povo moçambicano que há cerca de dois anos sofre os efeitos calamitosos de uma seca. No último número do «Avante!» fazíamos referência a este apelo, lançado pela referida Associação e enumerávamos algumas das necessidades prementes; nomeadamente alimentos, medicamentos, sementes, equipamentos e meios de transporte para enfrentar a situação.

Imediatas e numerosas as ofertas, muitas não puderam ainda concretizar-se por uma grialha ter pousado na parte final do texto, alterando o endereço da Associação Portuguesa-Moçambique, que repetimos: Rua da Artilharia 1, n.º 105, primeiro andar, 1000 Lisboa.

Haig defende utilização de armas nucleares

«Numa guerra nuclear total, seria desencadeada em cada segundo uma força destrutiva maior que durante toda a Segunda Guerra Mundial. Haveria mais mortos durante as primeiras horas que em todas as guerras da história reunidas». Isto foi dito por Carter, no seu discurso de despedida da presidência dos Estados Unidos.

Simultaneamente foi apresentado ao Congresso o projecto de orçamento para o próximo ano, ainda elaborado pelo ex-presidente norte-americano.

Antes há razões de sobra para um alerta permanente, para um significativo reforço da batalha pela paz.

Esse projecto prevê para a Defesa uma verba «record»: um aumento de 5% em termos reais. As prioridades são: modernização das forças estratégicas nucleares, reforço das forças convencionais na Europa (ou seja, forças viradas directamente contra a URSS e toda a comunidade socialista no continente), reforço da força de intervenção móvel, formalmente destinada a intervir onde estejam «ameaçados» os «interesses» norte-americanos. Está também previsto o melhoramento do equipamento destinado a uma guerra nuclear, biológica ou química.

Desde terça-feira Ronald Reagan é o 40.º presidente dos Estados Unidos. Na sua campanha eleitoral não foram invocados os «direitos humanos» para justificar a corrida aos armamentos. Falou-se abertamente dos «direitos» dos EUA de liderar a corrida aos armamentos. A cena política mundial, mesmo que a custo de uma guerra nuclear. O actual secretário de Estado Haig, bem conhecido já pelo seu empenhamento numa política aventureira e belicista, afirmou durante as audiências a que foi submetido no Senado, que «a melhor maneira de impedir a guerra é demonstrar à URSS a vontade de fazer o necessário, até mesmo usar armas nucleares, para proteger os interesses vitais dos Estados Unidos».

Formado o PAICV em Cabo Verde

O ramo do PAIGC de Cabo Verde tornou-se uma organização política autónoma, com a designação de Partido Africano da Independência de Cabo Verde. A proclamação pública desta decisão foi feita num comício que assinalou o encerramento do Congresso e o 8.º aniversário do assassinato de Amílcar Cabral. O PAICV adoptou os estatutos e o programa do PAIGC, com excepção da parte relativa à unidade com a Guiné-Bissau.

Partido Comunista da Argentina aponta perspectivas

O ano de 1980 «passa à história pelo seu marcado cunho político e elevada mobilização de massas». Sublinhou numa conferência o secretário-geral do Partido Comunista da Argentina, Athon Fava. O dirigente comunista destacou que merecem ser realçados factos que tendem a desenvolver-se como o «comité de defesa da soberania, da democracia e do património nacional», as declarações dos grupos sindicais, dos partidos políticos, das igrejas e de outras organizações representativas.

Na actual conjuntura política - afirmou Fava - abrem-se alternativas que oscilam entre tendências para «perpetuar o regime autoritário militar, o perigo de um golpe de Estado de tipo terrorista e as ilusões de uma saída eleitoral imediata, mas condicionada e restringida». Mas existe também «a alternativa de uma abertura democrática». E isso implica remover os condicionamentos que impedem o restabelecimento dos direitos e liberdades constitucionais. «Exactamente para garantir a abertura democrática e evitar a desestabilização impõe-se que neste período se alcance um acordo democrático nacional, que se estabeleça a base de um governo transição de ampla coligação cívico-militar, uma plataforma de salvação nacional e um programa que conduza a uma consulta popular e ao restabelecimento do Estado de direito».

Athon Fava advertiu contra «as pressões tendentes a atomizar o movimento operário» e a fomentar a dispersão do justicialismo tentando utilizá-lo como um «dique de contenção», e acentuando a necessidade de estreitar e aprofundar os laços que unem peronistas e comunistas.

Os portugueses estão a pagar

um ano de campanha eleitoral da «AD»

No curto espaço de tempo que medeou entre a data das eleições presidenciais e a tomada de posse do novo governo da «AD», o governo demissionário chefiado por Freitas do Amaral procedeu a uma vasta operação de «actualização» da política demagógica de preços que pôs em prática até 7 de Dezembro. O resultado foi um aumento brutal de bens, produtos e serviços de primeira necessidade. E mais aumentos estão para vir.

Em pouco mais de um mês, os portugueses viram aumentar os combustíveis, a electricidade, os transportes colectivos de passageiros, os transportes de mercadorias, o cimento, os taxis, os serviços de correios, telefones e telexes, os jornais, as taxas de televisão, os bilhetes da TAP, o preço dos Serviço Médico-Sociais. E a lista não fica por aqui: por exemplo, no mês de Dezembro e em três laboratórios, o preço dos medicamentos aumentaram cerca de 30 por cento e, no mesmo período, aumentaram igualmente os preços das

refeições tomadas em restaurantes, bem como o preço do sulfato de cobre (10 por cento). É, entretanto, pesada a herança deixada pelo primeiro governo da «AD» — herança pesada em consequência das promessas feitas ao longo de 1980 ao grande patronato, em paga do indistigável apoio dado à demagógica política governamental realizada tendo em vista as eleições de Outubro e Dezembro. E o que acabou por acontecer foi que o governo da «AD» teve que fazer em cerca de um mês — e quando já estava demitido — aquilo que não lhe interessou fazer de Janeiro a Outubro de 1980. As consequências desta política eleitoralista vão, por isso, continuar a fazer-se sentir ao longo deste ano, dando razão a todos aqueles que, como o PCP, denunciaram que por detrás de tal política se escondiam pesadas facturas que o Povo português, a breve prazo, teria de pagar. É assim que se fala já no aumento do preço da «bica» (uma exigência do patronato da indústria hoteleira), do tabaco e das tarifas da água.

Os aumentos em série

O aumento do preço dos combustíveis foi a primeira das facturas a sair do saco, apenas dez dias depois da realização das eleições presidenciais. A 17 de Dezembro do ano passado, o governo demissionário de Freitas do Amaral decretava aumentos de 11,1 por cento na gasolina super, de 12,2 por cento na gasolina normal, de 28,57 por cento no gasóleo, de 17,65 e de 20 no fuel-óleo, de 22,5 por cento no gás butano e de 20,83 por cento no gás da cidade. Mas já anteriormente, a 12 de Dezembro, o Ministério da Habitação e Obras Públicas tinha avisado o aumento próximo do preço da água à cidade de Lisboa e concelhos limítrofes. Este aumento vai concretizar-se no próximo mês de Março, registando-se então um agravamento de 25 por cento nas tarifas do 1.º escalão (até 5 metros cúbicos), de 30 por cento no 2.º escalão (de 5 a 16 metros cúbicos) e de 56 por cento no 3.º escalão (de 16 a 25 metros cúbicos). Também o aluguer dos contadores sofre aumentos de 50 e 60 por cento. No dia 1 de Janeiro, entraram em vigor novos preços para os transportes de passageiros e para os serviços prestados pelos CTT/TLP. Assim, no primeiro caso, os passes sociais sofreram aumentos que variaram entre 11,1 e os 15,3 por cento, os bilhetes da Carris sofreram aumentos de 40, 25 e 26,7 por cento (25 por cento para os bilhetes pré-comprados); na Rodoviária Nacional registou-se um aumento médio de 30 por cento; na CP houve um aumento médio de 20 por cento nas tarifas de passageiros e de 30 por cento nas tarifas de mercadorias; no Metro, os bilhetes sofreram um aumento de 25 por cento, na Transtejo os bilhetes aumentaram 25 por cento; e a bandeirada dos taxis aumentou 16,6 por cento. No Porto, e a partir da mesma data, os bilhetes simples aumentaram 30 por cento e os passes sociais 15 por cento. Quanto aos serviços praticados pelos CTT/TLP, também eles sofreram agravamentos logo no dia 1 deste mês: o selo ordinário aumentou 24,6 por

cento, o aluguer mensal do telefone aumentou 20 por cento, a sua instalação passou de 4 mil para 5 mil escudos e as taxas de conversação passaram de 2\$50 para 3\$50. Na mesma altura aumentaram igualmente os telegramas (cada palavra passou de 1 escudo para 1\$50), as taxas dos valores postais (de 9\$50 para 11 escudos os inferiores a mil, de 15 para 16 para 16 escudos os de mil a 5 mil escudos), enquanto que o minuto de transmissão de telex passou de 4 para cinco escudos, a assinatura de 4 mil para cinco mil escudos e a instalação do aparelho de 15 mil para 18 750 escudos.

Também no dia 1 de Janeiro, os jornais diários tinham passado de 12\$50 para 15\$00 (aumento de 20 por cento). Recorde-se que já nas últimas semanas de 1980, vários semanários tinham aumentado o seu preço de 15 para 20 escudos. Nos primeiros dias de Janeiro aumentaram ainda as tarifas da TAP para os Açores e a Madeira (tendo o governo, posteriormente, aligeirado os aumentos em relação aos residentes naquelas duas regiões autónomas).

No passado dia 14 de Janeiro, entraram em vigor os aumentos — brutais — dos preços dos Serviços Médico-Sociais. As consultas sofreram um agravamento de 400 por cento (passaram de 5 para 25 escudos), os atendimentos permanentes aumentaram 100 por cento (de 25 para 50 escudos), as visitas ao domicílio aumentaram 300 por cento (de 25 para 100 escudos) e o serviço permanente ao domicílio também aumentou 300 por cento (de 25 para 100 escudos). Como se isto não bastasse, certos serviços até agora gratuitos, no âmbito dos serviços complementares de diagnóstico e de medicina física e de reabilitação, passaram a ser pagos (20 escudos cada análise clínica, 100 escudos cada análise anatomo-patológica, 50 escudos cada RX e 75 escudos cada requisição para medicina física e de reabilitação).

Primeiro as promessas depois as facturas

Esta política de preços é bem o retrato da direita a governar, central ou localmente. Aliás, diga-se que, também lá onde a «AD» tem a maioria nos órgãos autárquicos, esta política se tem vindo a fazer sentir no último mês, depois das eleições presidenciais. É conhecido o caso do Porto, onde o executivo «AD» pretende impor aumentos da água e da electricidade da ordem dos 150 por cento; em Vila da Feira, a «AD» aprovou também, com os votos contra do PS e da APU, aumentos das tarifas de abastecimento de água, o mesmo se passando no concelho do Vimioso (distrito de Viseu), onde o PSD logo no dia 1 aumentou a água 2\$50 por metro cúbico.

Outro caso característico foi o que aconteceu em Almada no bairro do PIA (Plano Integrado de Almada), dependente do Fundo de Fomento da Habitação, entidade que muito recentemente decretou aumentos das rendas na ordem dos 300 por cento.

Estes são os aumentos que, em um mês, o governo (e na maior parte deles, o governo demitido) da «AD»

impôs aos portugueses.

O novo governo que recentemente entrou em funções mostra que quer prosseguir pela mesma via, o que é natural, se se atentar no facto de que é a «AD» (e, por isso, o seu governo) que está implicado nas promessas feitas ao grande patronato no decurso de 1980. Foram muito faladas, na altura, as reuniões que vários notáveis do governo e da «AD» tiveram um pouco por todo o País, pedindo ao patronato para aguentar alguns meses. Aguentar o quê? Aguentar os preços o mais possível, é óbvio. O que acontece é que o mais possível acabou. E enquanto os empresários, o grande patronato, vai fazendo os seus planos de aumentos de bens de primeira necessidade, apoiado pela política governamental de subida generalizada de preços, o governo de Pinto Balsemão mostra de que lado está, ao ter revelado já a sua intenção de pôr em prática o tecto salarial de 16 por cento.

As promessas eleitorais e a actuação eleitoralista dos partidos da direita caíram por terra. A realidade aí está para o demonstrar.

Uma história em dois tempos...

ESTAMOS no final de Novembro e as presidenciais são daqui a dias. Um amigo nosso sai de casa e como o Natal de aproxima, cumprindo além disso os conselhos dos CTT de enviar as boas-festas o mais cedo possível, vai ao marco mais próximo pôr duas cartas e cinco postais. Verifica as estampilhas e constata que gastou em selos 45\$50.

Depois, dirige-se ao posto mais próximo da Carris e renova o seu passe, o da sua companheira e os dos seus dois filhos. Pagou então 420\$00 por passe, o que totalizou 1 680\$00. Aproveita para ir, de seguida pagar a conta do gás, que nesse mês totalizou 500\$00.

Passando por uma banca de jornais, adquiriu o jornal diário por 12\$50. Fazendo contas de cabeça a ver quanto lhe custava por mês esta necessidade de se manter informado sobre o que se passa no país e no mundo, viu que ao fim do mês comprando um jornal por dia gastava 312\$50.

Olhou para o relógio e viu que eram horas de ir para a bicha da «caixa», onde os seus dois filhos tinham consulta marcada. Custou-lhe cada consulta 5\$00, tendo o médico de serviços mandado fazer duas análises, a que de imediato se procedeu (neste mês de Novembro, os serviços das «caixas» passaram, sem se perceber bem porquê, a funcionar melhor...) e pelas quais, de acordo com as normas em vigor neste mês de Novembro, nada teve que pagar.

Chegado a casa, fez contas de quanto

tinha gastado nesse belo dia de fim de Novembro, a pouco tempo das eleições: 1 680\$00 nos passes sociais, 45\$50 na correspondência, 500\$00 de gás, 312\$50 com jornais, 10\$00 na «caixa» — isto é, um total de 2 548\$00. Vá lá, podia ter sido pior. O passeio de automóvel que, mensalmente, realizava com a família do seu irmão podia continuar a ser realizado.

Desta vez iam, por exemplo, até Setúbal. A combinação com o irmão que tinha automóvel era: o irmão dava o transporte, ele pagava a gasolina. Até Setúbal e voltar eram cerca de 100 quilómetros e como o carro gastava precisamente nessa distância 10 litros, ficava o passeio por 450\$00.

Resolveu telefonar ao irmão para combinar a partida. Enquanto o telefone tocava, ia pensando que por aquele período de conversação ia pagar 2\$50. Repetia aliás este telefonema todos os dias, agora que a sua mãe estava a passar o mês em casa do irmão. Resultado: ao fim do mês, 75\$00 de taxas de conversação, a que havia de acrescentar mais outros trinta telefonemas que tinha feito nesse mês, portanto mais 75\$00. Lembrou-se então que o aluguer mensal daquele aparelho lhe custava 400\$00. Um total de 550\$00.

Como não eram muito grandes os seus rendimentos, o nosso amigo resolveu então tomar nota na sua agenda — uma questão de controlo, dizia ele à sua companheira — da verba dispendida nestes sucessivos episódios: 3 548\$00.

... e com 702\$00 de diferença!

ESTAMOS agora no final do mês de Janeiro. A derrota da «AD» nas presidenciais já lá vai há mais de um mês. O nosso amigo — que votou contra o candidato de S. Nicolau — sai de casa porque precisa de ir pôr no correio duas cartas para a terra e cinco postais a retribuir os desejos de bom ano que lhe tinham enviado. Teve que gastar 59\$50 em selos — isto é, mais 14\$00 do que, quando no mês de Novembro, mandou igual número de correspondência.

Neste dia também necessita de renovar os passes da Carris — o seu, o da companheira e os dos dois filhos. Paga por cada um 480\$00 (mais 60\$00 que em Novembro), o que lhe custa um total de 1 920\$00 (mais 240\$00 que em Novembro).

Tal como nesse dia de Novembro, vai também agora pagar a conta do gás. O mesmo consumo que então, só que desta vez teve que pagar 600\$00 (mais 100\$00 que em Novembro).

Depois de ter pago o gás foi buscar os filhos para ir com eles à «caixa», a ver se neste mês e picos, já estavam melhores. Mas antes, comprou o jornal numa banca, para ter que fazer enquanto estava «na bicha». Custou-lhe o jornal 15\$00 (mais 2\$50 que em Novembro). Pôs-se a pensar que, para se manter informado, teve que pagar neste mês de Janeiro 375\$00 (mais 62\$50). Claro que a disposição deste nosso amigo, nesta altura, já não era das melhores.

Mas o pior ainda estava para vir. O bom e o bonito foi na «caixa»: em relação aquele «esquisito» mês de Novembro, os serviços tinham piorado, o tempo de espera tinha aumentado. E a factura lá estava à sua espera — cada consulta tinha aumentado de 5\$00 para 25\$00 (pagou no total 50\$00 em vez de 10\$00, portanto mais 40\$00). O médico de serviço prescreveu mais duas análises — desta vez não puderam ser logas feitas, pois teve que se inscrever, ficando as análises marcadas para daí a dois meses,

mas sabendo desde logo que tinha que desembolsar qualquer coisa como 20\$00 por cada uma, quando em Novembro as análises tinham sido gratuitas.

Pelo caminho até casa foi deitando contas à vida: 1 920\$00 em passes sociais, 59\$50 em correspondência, 600\$00 de gás, 375\$00 de jornais, 90\$00 na «caixa» — já lá iam 3 044\$50.

Então e o passeio mensal, que desta vez estava marcado para a Ericeira, num trajecto de cerca de 100 quilómetros? O nosso amigo hesitava: vou ao passeio ou não? É que, desta vez, os 10 litros de gasolina iam-lhe ficar por 500\$00. Decidindo que não era assim que as coisas se resolviam, o nosso amigo lá telefonou ao irmão — pelo que pagou 3\$50 — a combinar a hora da partida. Enquanto o fazia, deu uma vista de olhos pelo papelinho em que tomava nota de todas as chamadas que faziam lá em casa e contou, com aquela, 60 chamadas, que lhe iam custar 210\$00 (as mesmas 60 chamadas tinham-lhe custado em Novembro 150\$00). Também o aluguer mensal do telefone tinha aumentado de 400\$00 para 500\$00, o que dava um total para os TLP de 710\$00 (contra 550\$00 em Novembro).

O nosso amigo conserva, neste mês de Janeiro de 1981, o hábito de escrever as suas despesas na agenda. E foi o que começou a fazer à hora do jantar. Somou as parcelas daquele dia. O resultado foi 4 254\$00. Foi a uma gaveta buscar a agenda de 1980, abriu-a numa página do mês de Novembro e viu lá escrito a realidade pré-eleitoral — 3 548\$00. Agarrou num lápis e fez a diferença: 702\$00 para fazer precisamente o mesmo que em Novembro.

Um mês e meio depois, o nosso amigo voltou-se para a sua companheira, que pouco tempo antes lhe tinha contado como na praça tudo estava mais caro, e disse-lhe:

Isto assim não pode ser!